

em notícia Odemira

Boletim
Municipal
2017

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
DIRETOR: JOSÉ ALBERTO GUERREIRO



Adm. Local

ECONOMIA, COESÃO SOCIAL,
CULTURA E CIDADANIA SÃO AS
PRIORIDADES PARA O NOVO
MANDATO p. 03



Ambiente

CONSOLIDAÇÃO DAS FALÉSIAS
DA ZAMBUJEIRA DO MAR EM
CURSO p. 05

Participação

PROPOSTAS EM CONCRETIZAÇÃO
E NOVA FASE DE VOTAÇÃO PARA
OP MUNICIPAL E OP DAS FRE-
GUESIAS p. 10

Turismo

POSTO DE TURISMO NO ALMO-
GRAVE ABRIU PORTAS DURANTE
O VERÃO p. 12

Retrospectiva

RECORDE OS PRINCIPAIS MOMEN-
TOS VIVIDOS NO CONCELHO
pp. 21 a 32

Odemirável e Sustentável

Ao iniciar um novo mandato autárquico em Odemira, faço-o na convicção de que as ideias que legitimamente apresentámos foram as escolhidas como as mais adequadas à promoção do desenvolvimento que conduz à felicidade dos nossos concidadãos. Julgo por isso, estar investido da legitimidade soberana dos Odemirenses para, mais uma vez, dar continuidade ao sonho que continuo a alimentar de transformar Odemira no melhor município do Alentejo e num dos melhores em Portugal. Estamos aqui, única e simplesmente, para tudo fazer e mobilizar que possa trazer progresso, qualidade de vida e felicidade à vida dos Odemirenses.

Continuo a acreditar, como muitos, que Odemira é a área geográfica do Alentejo Litoral que apresenta maior capacidade de impulsionar ideias, criar novos negócios e atrair empresas, mas também um concelho com padrões de vida sustentável, solidário e inclusivo, ou seja, um dos mais apetecíveis para viver, trabalhar ou visitar.

Este caminho não será possível em Odemira sem a ajuda de todos, sendo essencial o papel dos empresários, das Instituições, Associações e Juntas de Freguesia. Tendo em conta a nossa realidade territorial, vamos prosseguir no decorrer deste mandato com a política de descentralização administrativa, reforçando as competências e as verbas transferidas a todas as freguesias, consolidando o Orçamento Participativo (OP) municipal e também das freguesias, reforçando desta forma, o poder local e a participação da sociedade na gestão direta dos recursos públicos.

É nossa firme convicção que o aprofundamento do processo de descentralização de serviços (BU-Kiosk) e de delegação de competências nas Juntas de Freguesia muito contribui para a resolução de um sem número de pequenos e grandes problemas que condicionam a vida do cidadão e cuja resolução contribui decididamente para o aumento da sua qualidade de vida e para o desenvolvimento e coesão das comunidades locais, evitando excessivas e desnecessárias burocracias e evitando os custos supérfluos dos processos decisórios.

Este será um caminho que pressupõe a liberdade de iniciativa dos cidadãos, mas exige a responsabilidade solidária da comunidade, procura a construção uma identidade comum, mas consagra os princípios de uma sociedade aberta e multicultural, cria um referencial de competitividade, mas promove uma maior coesão social, baseia-se nos princípios da sustentabilidade ambiental, mas não abdica de qualificar as infraestruturas.

Depois de mais um Verão quente, aproxima-se o final do ano, e continua a preocupação geral com o agravamento das condições de vida humana na terra, da necessária e urgente opção por um futuro sem emissões de carbono, mais resiliente e por isso mesmo, no caminho da sustentabilidade. Sem planeta não há futuro, e pode ser tarde tentar inverter o desequilíbrio que está a acontecer todos os dias, e que se manifesta de forma evidente no longo e gravoso período de seca que vivemos, com o aumento da temperatura média anual, com os grandes e dramáticos incêndios deste Verão e a subida do nível e temperatura da água do mar.

Consciente destes desafios, Odemira assumiu-se na vanguarda destas preocupações, sendo um dos 30 Municípios em Portugal que desenvolveu a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAC de Odemira, sendo um dos membros fundadores da Rede de Municípios Portugueses de Adaptação às Alterações Climáticas. Por outro lado, em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST), desenvolveu o Plano Energético Local Sustentável - "S-Energia de Odemira", com o objetivo de promover ações que induzam a todos, individual e coletivamente, para uma produção e utilização crescente e mais eficiente da energias limpas, tendo como meta tornar Odemira autossustentável em 2050.

Para já, decorrem Auditorias Energéticas aos principais equipamentos locais, promove-se a criação da Comissão Local de Acompanhamento da EMAC e S-Energia, constituiu-se um setor de "Energia, Clima e Mobilidade" na estrutura de serviços do município, e estabelece-se o planeamento e financiamento da ação local (pública e privada) para o próximo quadriénio, com recursos municipais, do fundo ambiental e do Portugal2020. Em curso, e neste mesmo sentido, estão as intervenções de estabilização e proteção da falésia da praia da Zambujeira do Mar e a iluminação Solar do Percorso Pedonal entre a Entrada da Barca e Zambujeira do Mar, sendo estas ações promovidas pela Sociedade Polis Sudoeste, e a recentemente concluída intervenção de reforço do Conforto Térmico e Eficiência Energética na EB1 de Odemira, promovida pelo Município.

Em 2018, mais uma vez, não vai ser cumprida a Lei da Finanças Locais, transferindo-se para as Autarquias menos 3,5% do que resulta da aplicação da lei. Ainda assim, a Câmara Municipal de Odemira aprovou para 2018 manter inalteráveis as taxas e impostos e rever os Contratos Inter-Administrativos de transferência e Colaboração de Competências com todas as freguesias, acrescentando 400.000,00€ anuais, nas verbas globais a transferir entre 2018 e 2021, para as 13 Freguesias do concelho. Do Orçamento de Estado 2018 aprovado destaca-se o princípio do fim à política de congelamento de salários e o fim dos cortes no pagamento de trabalho extraordinário, alinhando com o que está previsto nas leis laborais da Função Pública e do Setor Privado. Sauda-se e assinala-se! Finalmente a valorização salarial a quem é servidor público de carreira, que após uma década de desânimo, merece inquestionavelmente o descongelamento da sua situação profissional e salarial.

Dizia Gandhi "O sabor da vitória não está na conquista da meta mas no vencer de cada etapa até lá chegar". Com trabalho e missão de serviço público, continuaremos, etapa a etapa, o caminho do progresso, gerindo com responsabilidade e ambição.

A todos desejo que o novo ano seja, no mínimo, melhor que o que agora finda.

A TODOS, um Bom Natal. Bom Ano novo.

O Presidente da Câmara Municipal,

José Alberto Guerreiro

Pelouros e atendimento público dos eleitos na Câmara Municipal



Presidente José Alberto Guerreiro
Coordenação Geral dos Serviços
Relações Públicas, Institucionais e Protocolo
Administração Geral, Gestão Orçamental e
Aprovisionamento
Apoio aos Eleitos Locais
Apoio ao Empresário
Fundos Comunitários
Ambiente
Saúde Pública e Proteção do Ambiente
Comunicação e Imagem, conjuntamente com o Vice-Presidente
Desenvolvimento Económico, conjuntamente com o Vice-Presidente
Proteção Civil e Segurança, conjuntamente com o Vice-Presidente
Atendimento ao público: quinzenalmente, à quinta-feira, a partir das 10h00 (marcação prévia)



Vice-presidente Ricardo Cardoso
Atendimento ao Município
Inovação, Modernização e Qualidade
Sistemas Informáticos e de Telecomunicações
Infraestruturas e Logística
Energia
Serviços Urbanos
Gestão de Estaleiro Municipal
Obras por Administração Direta
Comunicação e Imagem, conjuntamente com o Presidente
Desenvolvimento Económico, conjuntamente com o Presidente
Proteção Civil e Segurança, conjuntamente com o Presidente
Atendimento ao público: quinta-feira, a partir das 10h00 (marcação prévia)



Vereadora Deolinda Seno Luís
Finanças (Contabilidade e Tesouraria)
Contencioso, Assessoria Jurídica e Notariado
Gestão Patrimonial
Gestão do Arquivo Municipal
Intervenção Social
Saúde
Cultura
Associativismo Sociocultural
Atendimento ao público: quinta-feira, a partir das 9h30 (marcação prévia)



Vereadora Telma Guerreiro
Recursos Humanos
Educação
Participação Cívica
Educação Ambiental
Juventude
Desporto e Tempos Livres
Associativismo Desportivo
Atendimento ao público: quinzenalmente, à quinta-feira, a partir das 9h30 (marcação prévia)



Vereador Pedro Ramos
Ordenamento e Planeamento do Território
Gestão Urbanística, Edificação e Urbanização
Licenciamento de Operações Urbanísticas e Atividades Económicas
Fiscalização
Habitação e Reabilitação Urbana
Obras por Empreitada
Atendimento ao público: quarta-feira, a partir das 10h00 (marcação prévia)



Vereadora Sara Ramos
Sem pelouros atribuídos
Atendimento ao público: quinzenalmente, à segunda-feira, entre as 9h30 e 12h30 (marcação prévia)



Vereador Ricardo Cesário
Sem pelouros atribuídos
Atendimento ao público: quinzenalmente, à segunda-feira, entre as 9h30 e 12h30 (marcação prévia)

Odemira em Notícias • Boletim Municipal **Diretor:** José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira **Propriedade, edição e redação:** Município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira | tel. 283320901 | rpa@cm-odemira.pt | www.cm-odemira.pt **Coordenação:** Isabel Vilhena **Produção:** Setor de Comunicação e Informação **Textos:** Isabel Vilhena e Marlene Coelho **Fotografia:** Luís Guerreiro **Design gráfico:** Sónia Carraço **Colaboração:** Carina Silva, João Domingos e Vanda Gaspar **Impressão:** Gráfica Lda/Paio Pires **Tiragem:** 4000 exemplares **Distribuição:** Município de Odemira Anotado na ERC

INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA

A cerimónia de instalação dos Órgãos Autárquicos do Município de Odemira, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, para o quadriénio 2017/2021, decorreu no dia 18 de outubro, no Salão Polivalente da Escola Básica do 1º Ciclo de Odemira. Eleito pelo PS, José Alberto Guerreiro tomou posse para o seu terceiro e último mandato. O autarca salientou as linhas gerais e os objetivos a que se propõe para o presente mandato, “tendo elegido como grandes prioridades a economia, a coesão social, a cultura e a cidadania”, afirmando que tudo fará “para ser o Presidente da Câmara de todos os odemirenses”. José Alberto Guerreiro sublinhou que “Odemira deverá prosseguir a aposta na promoção do desenvolvimento económico e emprego, continuando a elevar a qualidade de vida e coesão social, valorizando o território de forma sustentável, reforçando a qualidade dos serviços e rigor da gestão pública e dos mecanismos de Cidadania e participação cívica.” Eleito pelo PS, José Alberto Guerreiro tomou posse para o seu terceiro e último mandato.

O novo executivo tem como vereadores Ricardo Cardoso, Deolinda Seno Luís, Telma Guerreiro e Pedro Ramos (PS), Sara Ramos e Ricardo Cesário (CDU). Para a Assembleia Municipal, o PS elegeu 12 deputados, a CDU elegeu 6, o PSD elegeu 2 e o BE elegeu um deputado. Nas Assembleias de Freguesia o PS conquistou nove freguesias e a CDU quatro.

Após cerimónia de tomada de posse, decorreu a primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, tendo sido eleitos, por maioria, através de escrutínio secreto, os membros da Mesa da Assembleia, constituída por Ana Aleixo (Presidente), Maria Manuela Moreira (1º secretário) e Amâncio Piedade (2º secretário).



Os cidadãos eleitos para o quadriénio 2017/2021 no Município de Odemira são:

CÂMARA MUNICIPAL

PS: 5 mandatos | CDU: 2 mandatos
1º Mandato: José Alberto Guerreiro (PS)
2º Mandato: Ricardo Cardoso (PS)
3º Mandato: Sara Ramos (CDU)
4º Mandato: Deolinda Seno Luís (PS)
5º Mandato: Telma Guerreiro (PS)
6º Mandato: Ricardo Cesário (CDU)
7º Mandato: Pedro Ramos (PS)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PS: 12 mandatos | CDU: 6 mandatos | PSD: 2 mandatos | BE: 1 mandato
1º Mandato: Ana Aleixo (PS)
2º Mandato: António Afonso (PS)
3º Mandato: João Quaresma (CDU)
4º Mandato: Rita Dias (PS)
5º Mandato: Amâncio Piedade (PS)
6º Mandato: Manuel Cruz (CDU)
7º Mandato: Ana Soares (PS)
8º Mandato: Manuel Coelho (PS)
9º Mandato: Vera Raposo (CDU)
10º Mandato: Nádia Bértolo (PS)
11º Mandato: Pedro Gonçalves (BE)
12º Mandato: Pedro Almeida (PS)
13º Mandato: Cláudio Percheiro (CDU)
14º Mandato: Francisco Martins (PS)
15º Mandato: Maria Moreira (PS)
16º Mandato: Fernanda Almeida (PSD)
17º Mandato: Nuno Nogueira (CDU)
18º Mandato: Miguel Monteiro (PS)
19º Mandato: Pedro Paleta (PS)
20º Mandato: Maria Palma (CDU)
21º Mandato: Arménio Simão (PPD/PSD)



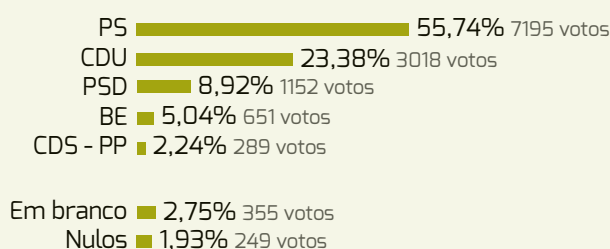
PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

(membros da Assembleia Municipal por inerência)

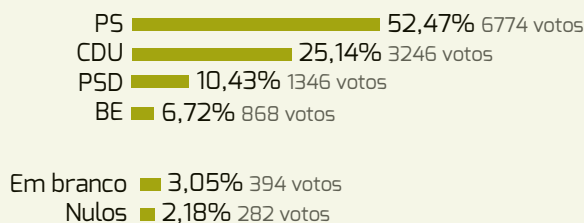
Boavista dos Pinheiros » Manuel Pereira (PS)
Colos » Manuel Penedo (PS)
Longueira/Almograve » Glória Pacheco (PS)
Luzianes-Gare » Teresa Bernardino (CDU)
Relíquias » Daniel Balinhas (CDU)
Sabóia » Fernando Guerreiro (PS)
Santa Clara-a-Velha » Fernando Peixeiro (PS)
S. Luís » Fernando Parreira (PS)
S. Martinho das Amoreiras » Nuno Duarte (PS)
S. Salvador e Sta Maria » Mário Santa Bárbara (CDU)
S. Teotónio » Dário Guerreiro (PS)
Vale de Santiago » Florival Silvestre (CDU)
Vila Nova de Milfontes » Francisco Lampreia (PS)

Resultados das Eleições Autárquicas de 1 de outubro de 2017 no concelho de Odemira

Câmara Municipal



Assembleia Municipal



votantes
62,56%

votantes: 12.909
inscritos: 20.633

Dados da Assembleia de Apuramento Geral do Concelho de Odemira, realizada no dia 3 de outubro.

>> gestão pública

>> administração local

Portugal City Brand Ranking 2017

ODEMIRA: 2º MELHOR NO ALENTEJO LITORAL E 7º NA REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO

Na edição do Portugal City Brand Ranking 2017, estudo anual que analisa os negócios, o turismo e as condições de vida de todos os municípios portugueses, Odemira viu reforçada a sua posição a nível nacional e regional, ocupando agora a posição 87ª no ranking geral de 2017, quando em 2016 ocupava a posição 95ª. Em termos de regiões, no Alentejo e Ribatejo, Odemira ocupa a 7ª posição entre os 58 municípios da maior região do país (em 2016 estava em 8ª).

Em termos de regiões, no Alentejo e Ribatejo, Évora é 1ª, Beja é o 2º, Santarém o 3º,

Sines o 4º, Portalegre o 5º, Elvas o 6º e Odemira é o 7º, entre os 58 municípios da maior região do país.

Relativamente à Sub-região do Alentejo Litoral, sublinhe-se igualmente uma subida, continuando Sines a liderar (58ª a nível nacional e 4ª a nível regional), seguido de Odemira em 2º (87ª a nível nacional e 7ª a nível regional).

O Portugal City Brand Ranking, realizado pela Bloom Consulting, analisa o sucesso dos 308 municípios portugueses e o desempenho relativo entre eles na captação de novos investidores, turistas e novos re-

sidentes, segundo variáveis como dados estatísticos, procura, pesquisas on-line que tiveram como objeto o município em causa e desempenho on-line através dos sites e redes sociais de cada município.

Neste estudo, foram consideradas variáveis relacionadas com as três dimensões Negócios (Investimento), Visitar (Turismo) e Viver (Talentos) na formação do algoritmo, tendo Odemira obtido, respetivamente, 7ª, 6ª e 12ª posições, na região Alentejo e Ribatejo.

ODEMIRA EM 40º NO ÍNDICE DA PRESENÇA DOS MUNICÍPIOS NA INTERNET

Odemira ocupa a 40ª posição no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais 2016 e a 3ª no critério "Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de Utilização" (ex aequo com Águeda, Macedo de Cavaleiros, Santo Tirso, Sines, Vila Flôr e Vimioso). O estudo é promovido desde 1999 pela Universidade do Minho e avalia a presença dos 308 municípios na Internet. Murça registou a 1ª posição global, seguida de Vila do Bispo e Bragança. Odemira foi o 2º melhor do

Distrito de Beja e o 3º no Alentejo Litoral. Note-se que nos estudos de 2014 e de 2012, Odemira ficou em 97ª e 95ª, respetivamente.



82º ANIVERSÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ODEMIRA

Os Bombeiros Voluntários de Odemira assinalaram o seu 82º aniversário, nos dias 14 e 15 de Outubro, promovendo um vasto programa de atividades aberto à população. A maior visibilidade foi para o desfile de viaturas pelas ruas da vila, uma iniciativa que servirá para lembrar à população odemirense a importância do trabalho e missão dos "homens da paz" desta corporação, fundada em 1935.

As comemorações contaram com a cerimónia de promoção de bombeiros, a tomada de posse do 2º Comandante (José Colaço) e Adjunto de Comando (André Santos), a entrega de certificados de formação, hastear das bandeiras no quartel e romagem ao cemitério para homenagem aos bombeiros falecidos. A Sessão Solene, com entrega de medalhas e assiduidade e reconhecimento, decorreu na presença do Presidente da Câmara Municipal (José Alberto Guerreiro), Diretor Nacional de Bombeiros em representação da Autoridade Nacional de Protecção Civil (Pedro Lopes), Vice-Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses (Rodeia Machado), Presidente da Federação Distrital de Bombeiros (Domingos Fabela), Presidente da Assembleia-Geral da Asso-

ciação Humanitária dos BVO (Luís de Freitas), Presidente da Direção da Associação Humanitária dos BVO (António Camilo) e do Comandante dos BVO, Luís Oliveira. Nota para a atribuição de Crachás de Ouro pela Liga dos Bombeiros Portugueses aos bombeiros Luís Santos, Paulo Gonçalves e Nazário Viana.





>> gestão pública
>> ambiente

LITORAL SUDOESTE
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

CONSOLIDAÇÃO DA FALÉSIA DA PRAIA DE ZAMBUJEIRA DO MAR

Está a decorrer a empreitada de Estabilização da Arribas da Praia da Zambujeira do Mar. O projeto foi aprovado pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, sendo a Sociedade Polis Litoral Sudoeste responsável pela sua concretização.

Entre estudo, projeto e empreitada de execução, a intervenção tem o valor total de 1.129.706,28€, com financiamento comunitário de 95% pelo POSEUR.

A Praia da Zambujeira do Mar é envolvida por falésias com cerca de 30 metros de altura, onde estão identificados diversos pontos de instabilidade. A elevada procura da praia, leva a que os utilizadores se aproximem da base das arribas, aumentando significativamente o risco. Tendo em conta as características físicas, a solução adotada passa pela estabilização da encosta e recurso a redes metálicas. Esta é uma solução adotada em situações similares e de reduzido impacto visual. A estabilização das arribas permitirá restituir a totalidade da área de praia à utilização balnear, em condições de segurança.



REABILITAÇÃO DO CAMINHO PEDONAL E MIRADOUROS EM ZAMBUJEIRA DO MAR

Está em conclusão a empreitada de Reabilitação do Caminho Pedonal e Miradouros entre a Entrada da Barca e Zambujeira do Mar, da responsabilidade da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, a cargo da empresa Decoverdi - Plantas e Jardins, S.A., no valor de 78.371,60 €. A obra incorpora a proposta vencedora do OP "A pé mexa-se, pela Freguesia (S. Teotónio)". A obra inclui a melhoria do piso, colocação de aparelhos de fitness e pontos de iluminação com energia solar.

BENEFICIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA PRAIA DOS ALTEIRINHOS

Está a decorrer a Empreitada de Reforço de Pavimentos e Drenagem no estacionamento da Praia dos Alteirinhos, da responsabilidade da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, a cargo da empresa Candeias & Silva, Lda., no valor de 129.610,76 €. A empreitada inclui a melhoria do piso e a criação de drenagem de águas pluviais.

>> gestão pública

>> ambiente

REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO RIBEIRINHO E HISTÓRICO DE VILA NOVA DE MILFONTES

A empreitada de requalificação urbana de Vila Nova de Milfontes, da responsabilidade da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, está em fase de conclusão. A empreitada incidiu no núcleo antigo e frente ribeirinha, no valor de 1.904.001,03€. Ao valor da empreitada, acresce o valor de estudos, projetos e fiscalização, num investimento de 2.550.033,90€, ao qual acresce o valor de 143.015,00€, referente a erros e omissões, no valor total de 2.693.048,90€.

Os principais objetivos foram a substituição das redes de abastecimento de água e combate a incêndio, de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais, bem como a requalificação dos espaços públicos de forma a dinamizar a vivência de rua e fomentar o comércio local, privilegiar a circulação pedonal e os espaços de lazer, beneficiar e ordenar a circulação viária e o estacionamento, melhorando a eficácia na deposição e recolha

dos resíduos sólidos urbanos. Foram ainda criadas zonas de esplanada, colocado mobiliário urbano e plantadas árvores ao longo dos principais arruamentos, bem como a colocação de nova iluminação pública com tecnologia LED. Ainda nesta intervenção foi executado um passadiço de madeira junto ao rio, que é já um dos pontos de atração turística da vila e de grande fruição pela população local.

A 1ª fase desta intervenção foi assumida pelo Município na requalificação urbana de Vila Nova de Milfontes, entre a Avenida Custódio Brás Pacheco e o núcleo antigo, representou um investimento de 654.577,40€, acrescido de 123.614,00€ referente a projeto e fiscalização. A empreitada incluiu intervenções ao nível da rede de abastecimento de água, rede de águas residuais e pluviais, rede de eletricidade, rede de telefones e telecomunicações e rede viária, arranjos exteriores e ilhas ecológicas enterradas.



antes



depois



>> gestão pública

>> ambiente

DESASSOREAMENTO DA FOZ DO RIO MIRA

A empreitada de Transposição de Sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço do Cordão Dunar e alimentação artificial da praia da Franquia e das Furnas decorreu entre os meses de julho e agosto, sendo retiradas 150 mil toneladas de areia do leito do rio e recolocadas nas praias da Franquia e Furnas.

Para além do reforço cordão dunar e do incremento da qualidade da zona balnear esta ação promoveu o desassoreamento do principal canal do rio Mira, promovendo a melhoria das condições de navegabilidade no canal principal do estuário, e permitindo diminuir a intensidade das correntes junto às praias, principal agente erosivo.

Esta ação promoveu a retirada de areia até um máximo de 1,5 metros de profundidade abaixo do nível do mar, tanto no canal principal da corrente como no banco arenoso, sendo cerca de 120 mil toneladas depositadas na praia da Franquia e o restante na

praia das Furnas. Face à nova topografia da praia da Franquia, a intervenção incluiu também a criação de um novo acesso à praia, adaptado para pessoas com mobilidade reduzida. A obra contemplou ainda a instalação de sistemas de retenção sedimentar e o encaminhamento das águas pluviais provenientes da drenagem de águas na Avenida Marginal.

A ação foi da responsabilidade da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, em coordenação com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente. O investimento total, que incluiu estudos prévios arqueológicos, o Estudo de Impacte Ambiental, projeto de execução, empreitada e fiscalização, foi de 1,4 milhões de euros. O financiamento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) / Fundo de Coesão foi aprovado à taxa de 95%. O valor da empreitada foi de 993.087,26 € (IVA incluído).



MAIS DE 3700 ALUNOS NO CONCELHO

O ano letivo 2017/18 iniciou-se no concelho de Odemira para mais de 3700 alunos, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário e profissional e perto de 300 docentes. O concelho conta com 18 jardins-de-infância, 16 escolas do 1º ciclo do ensino básico, quatro escolas do 2º e 3º

ciclo e Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves. A par desta oferta de ensino público, existe ainda o Colégio Lápis de Cor e Colégio Nossa Senhora da Graça (Vila Nova de Milfontes), Creche Os Calculinhos (S. Teotónio) e Infantário Nossa Senhora da Piedade (com valências em Ode-

mira e Boavista dos Pinheiros) e Escola Profissional de Odemira. Note-se que este ano não houve qualquer encerramento ou suspensão de jardins-de-infância ou escolas 1º ciclo no concelho.

ESCOLA BÁSICA DE ODEMIRA COM NOVA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Está concluída a empreitada de melhoria da eficiência energética da Escola do 1º Ciclo de Odemira, que incluiu a substituição integral das caixilharias exteriores por novas com um funcionamento térmico adequado e com sistema de ensombramento, substituição da iluminação interior por sistemas mais eficientes, introdução de sistema de ar condicionado, bem como a instalação de painéis fotovoltaicos.

A obra teve o valor de 203.500,00 € (+ IVA), a cargo da empresa Consdep – Engenharia e Construção SA. A par desta empreitada, foram também realizadas pinturas e reparações de madeiras no interior e no exterior e adquirido novo mobiliário escolar. As aulas retomaram o normal funcionamento no edifício escolar no dia 23 de outubro.



CONVÍVIO ANUAL DOS DOCENTES

O Município promoveu, no dia 26 de outubro, no Parque de Feiras e Exposições de S. Teotónio, o habitual Convívio Anual dos Docentes com o objetivo de dar as boas vindas aos professores que exercem a sua atividade nos 44 estabelecimentos de ensino do concelho.

A iniciativa teve início com a sessão de boas-vindas, que contou com intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, e da Vereadora responsável pela Educação, Telma Guerreiro. Foram apresentados o projeto “Aprender Juntos com Erasmus+” (que prevê a mobilidade de 55 de docentes e não docentes para outros países, nas



modalidades de formação ou Job Shadowing, ao abrigo do programa de Educação e Formação – Ensino Escolar da Erasmus+. e a agenda mensal “Era uma vez... Odemira” (promovida pelas associações

Tic Tac e Rio, com propostas de atividades em família no território do concelho). Depois do jantar convívio, a animação musical tomou conta do espaço.

NOVO CENTRO ESCOLAR EM S. TEOTÓNIO

A empreitada de Construção da nova EB1 de S. Teotónio foi adjudicada à empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A., no valor de 1.666.311,34 € (IVA não incluído), com o

prazo de execução de 270 dias. O novo edifício da Escola do 1º Ciclo será construído no recinto da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Eng. Manuel Rafael Amaro da

Costa. Atualmente decorre o Visto Prévio do Tribunal de Contas, estando o início dos trabalhos previsto para fevereiro de 2018.

>> gestão pública

>> participação cívica



13 PROPOSTAS DE INVESTIMENTOS EM VOTAÇÃO

Entre os dias 1 de outubro e 30 de novembro, os odemirenses votaram entre um total de 13 propostas para o Orçamento Participativo promovido pelo Município de Odemira. As propostas vencedoras, no valor máximo de 125 mil euros cada e no montante global de 500 mil euros, serão integradas no Orçamento Municipal. As propostas incidem em equipamentos cul-

turais, desportivos, educativos, turísticos e recreativos, em várias freguesias ou de forma transversal a todo o concelho. O OP destina 250 mil euros para projetos nas freguesias do litoral ou com população superior a 1500 habitantes e outros 250 mil euros para as freguesias com população inferior a 1500 habitantes.

No dia 27 de outubro, acompanhámos a

votação na Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros, onde percebemos o interesse da população em votar no OP numa lógica de contribuir para o desenvolvimento e melhoria das localidades. A mesa de voto itinerante percorreu as freguesias e as escolas do ensino secundário e profissional.

CONCRETIZAÇÃO DE PROPOSTAS

Estão em concretização as propostas “Requalificação da Margem Esquerda do Rio Mira” (Odemira) e “A Pé, Mexa-se pela Freguesia” (S. Teotónio), tendo sido adjudicada a empreitada para a “Ecovia” (Vila Nova de Milfontes). Está a decorrer novo concurso público, após o anterior ter ficado deserto, para a beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo Raúl Vicente, nos Alagoachos (proposta “Pavilhão para Todos”). Entretanto, o Município estabeleceu alguns protocolos para a concretização de propostas vencedoras, nomeadamente com as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Milfontes (proposta “Milfontes Ativa”) e Boavista dos Pinheiros (“Praça Pública”), Clube Fluvial Odemirense (“Rio Mira para Todos”), Associação de Artesãos do Concelho de Odemira (Centro de Artes e Ofícios) e com o Clube Desportivo Praia de Milfontes para uma parte da proposta “Reabilitando os Espaços” em Vila Nova de Milfontes. Estão a ser elaborados estudos prévios para as propostas “Sabóia Activa” e “Luzianes Ativa”.



Odemira 100% OP

VOTAÇÃO NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NAS FREGUESIAS

A votação nas 25 propostas apresentadas pela população para os processos de Orçamento Participativo das 13 Freguesias do concelho de Odemira decorreu entre 15 de outubro e 30 de novembro. O objetivo do OP das Freguesias é reforçar a participação ativa dos munícipes, possibilitando a apresentação e escolha de projetos de investimentos para cada território.

A votação decorreu em simultâneo nas freguesias, de forma presencial, nas sedes de freguesia e nas mesas de voto descentralizadas, podendo votar todos os cidadãos com idades a partir dos 16 anos, residentes, trabalhadores ou estudantes na freguesia.

O OP das Freguesias foi implementado pela primeira vez este ano, tendo o

Município prestado o apoio financeiro no valor anual de 10.000,00€ por freguesia.

Com a dinamização do OP Municipal e dos processos de OP Freguesias, Odemira é um concelho 100% OP.



>> gestão pública

>> participação cívica



OBRA OP NOVA “PRAÇA PÚBLICA” EM BOAVISTA DOS PINHEIROS

Está em curso a obra de construção de uma “Praça Pública” na Boavista dos Pinheiros frente ao edifício da Junta de Freguesia, uma proposta vencedora do OP, no valor de 100.000,00€. Esta intervenção resulta da parceria entre o Município e a Junta de Freguesia e pretende criar um espaço pedonal, de estadia, lazer e convívio que permita a realização de diversas atividades ao ar livre.



OBRA OP NOVO “ESPAÇO POLIVALENTE DO ALMOGRAVE”

Já está concluída a empreitada para construção do Espaço Polivalente do Almogrove, no local onde habitualmente se realizam as festas daquela localidade. Esta é uma das propostas vencedoras do OP que, entre trabalhos de empreitada e arranjos da envolvente, totalizou o valor de 125.000,00€. A obra esteve a cargo da empresa Tecnodemira.



OBRA OP “REQUALIFICAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO MIRA”

Já está contratada a colocação da plataforma flutuante de acesso ao rio, no âmbito da intervenção “Requalificação da margem esquerda do Rio Mira”, em Odemira, uma das propostas vencedoras do OP, no valor de 125.000,00€. A primeira fase já está concluída e teve como objetivo a remoção e controle de espécies invasoras e exóticas (silvas, canas e caniços), podas seletivas nas árvores existentes e modelação da margem esquerda do rio. O projeto prevê ainda o tratamento paisagístico do espaço envolvente.



OBRA OP “FREGUESIA EM MOVIMENTO” EM FASE DE CONCLUSÃO

Está em conclusão a concretização da proposta “Freguesia em Movimento”, na freguesia de Longueira/Almogrove, no valor de 60.000,00€, com a criação de parques fitness no Cruzamento do Almogrove, Longueira e Almogrove, requalificação do circuito de manutenção no acesso a Lapa de Pombas e criação de um novo circuito na praia das Furnas.

>> desenvolvimento económico

>> turismo



Valorização do Interior do concelho de Odemira

POTENCIAR SANTA CLARA COMO PÓLO TURÍSTICO

O Município de Odemira tem vindo a potenciar Santa Clara como pólo turístico e motor de dinamização das freguesias do interior. Assente na estratégia DNA Odemira (DNA - Desporto, Natureza e Aventura), o Município apresentou uma candidatura no valor de 276.030,00€ ao “VALORIZAR” – Programa de Apoio à Valorização e Qua-

lificação do Destino”, da responsabilidade da Turismo de Portugal e que se destina à regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e a valorização turística do património cultural e natural do país em territórios de baixa densidade populacional.

Este investimento integra-se num conjun-

to de investimentos municipais na envolvente à Albufeira de Santa Clara, como a remodelação e modernização do Posto de Turismo, a criação de praia balnear (uma das 9 praias com Bandeira Azul do concelho) e o apoio à criação de circuitos pedestres no âmbito da Rota Vicentina (em curso).

SANTA CLARA-A-VELHA RECEBEU GALA “7 MARAVILHAS ALDEIAS”

O Município de Odemira agarrou a oportunidade de participação na iniciativa “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”, com as aldeias da Zambujeira do Mar, Vale de Santiago, S. Martinho das Amoreiras e Santa Clara-a-Velha, a exemplo da participação nas “7 Maravilhas Naturais de Portugal” e “7 Maravilhas Praias de Portugal”, que mediatizaram o concelho a uma escala nacional e cimentaram a identidade local. Entre as 446 candidaturas, a Zambujeira do Mar (categoria de Aldeias de Mar) esteve entre as pré-finalistas e Santa-Clara-a-Velha (categoria de Aldeias Ribeirinhas) entre as 14 aldeias finalistas das “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”. No dia 9 de julho, Santa Clara esteve em grande destaque na RTP, com um programa durante o dia e uma gala especial realizados em direto, num total de 10 horas de emissão.





JÁ CONHECE O POSTO DE TURISMO DO ALMOGRAVE?

O verão de 2017 registou a abertura ao público do Posto de Turismo de Almogrove, com o objetivo de prestar um melhor serviço de atendimento ao turista e potenciar a oferta turística da freguesia de Longueira /Almogrove.

Este novo serviço disponibiliza ao turista um espaço moderno, apelativo e interati-

vo, com acesso Wi-Fi, num investimento de cerca de 100 mil euros, entre estrutura, equipamento e arranjos da envolvente.

O Município de Odemira procedeu recentemente à remodelação dos Postos de Turismo de Zambujeira do Mar e Vila Nova de Milfontes e à reabertura do Posto de Turismo de Santa Clara-a-Velha, com in-

tervenções ao nível estético e funcional. Entretanto, está em curso a elaboração do projeto para a reconfiguração do Posto de Turismo de Odemira. Estes investimentos inserem-se numa estratégia de valorização do território e de qualificação dos serviços turísticos, com vista à afirmação de Odemira como destino de qualidade.

DESCUBRA.PT VENCE PRÉMIO DE MELHOR APLICAÇÃO DE TURISMO

A aplicação Descubra.pt venceu o prémio de melhor App de Turismo Nacional na edição de 2017 dos Prémios Navegantes XXI, uma distinção que honra Odemira e os outros 20 municípios que constituem a rede digital de informação turística para dispositivos móveis.

Os Prémios Navegantes XXI são promovidos pela Associação da Economia Digital e visam premiar o que de melhor se produz pela economia digital em Portugal, num alargado conjunto de categorias, nomeadamente a de "Melhor Site/App Turismo", categoria na qual o projeto Descubra foi premiado. Dinamizada pela empresa Digital Gravity, o pro-Descubra.pt é mente a

forma nacional dentro deste segmento, que constitui uma ferramenta simples, rápida e intuitiva, que ajudam o turista a explorar a região que visita.

Odemira está, desde 2015, entre o grupo de municípios parceiros desta ferramenta digital ao serviço do turista. Na App Descubra Odemira, o turista pode aceder a informação sobre o território com detalhes sobre o Município, restaurantes, alojamentos, agenda, o que fazer, um mapa interativo e uma galeria de imagens.



PACK DE EXPERIÊNCIAS "DESCOBRE ODEMIRA"



"Descubre Odemira" é o novo desafio turístico criado pelo Município. O pack, produzido em parceria com a Odisseias, terá 50 experiências disponíveis ao turista, nas categorias Hotéis e Viagens, Lazer, Spa & Beleza e Restaurantes.

Este é um projeto pioneiro, pois é o primeiro pack de experiências disponíveis ao turista dedicado a um só território. Odemira continua a concretizar projetos diferentes e inovadores, sempre para potenciar o território.

A iniciativa foi apresentada ao público no âmbito da Bolsa de Turismo de Lisboa, no dia 15 de março, estando agora a decorrer a fase de angariação de parcerias.

>> desenvolvimento económico

>> economia

“ODEMIRA EMPREENDE” CONQUISTA 1º PRÉMIO NACIONAL EM CONCURSO PROMOVIDO PELO IAPMEI

O Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego “Odemira Empeende” foi o 1º classificado na Categoria Desenvolvimento do Ambiente Empresarial dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial (European Enterprise Promotion Awards – EEPA), promovidos pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., numa associação à iniciativa da Comissão Europeia, que visa distinguir boas práticas de promoção do empreendedorismo na Europa.

Com base num concurso anual, o mais importante nesta área a nível nacional, são identificados os melhores projetos

em várias categorias (Promoção do Espírito do Empreendedorismo, Investimento nas Competências Empreendedoras, Desenvolvimento do Ambiente Empresarial, Apoio à Internacionalização das Empresas e Empreendedorismo Responsável e Inclusivo) pela especificidade do seu contributo no desenvolvimento económico e do emprego das regiões, entre os quais são selecionados dois projetos para representar o país na final europeia. Os projetos “Madeira Vintners” e “Concurso de Ideias para Jovens - Mundar: Muda o teu Mundo!” irão representar Portugal na final europeia que acontecerá em novembro, na Estónia. Os

premiados da edição de 2017 foram anunciados pelo IAPMEI no dia 21 de setembro, em Lisboa.



PRÉMIOS “ESPÍRITO EMPREENDEDOR” 2017

Os Prémios Espírito Empreendedor de 2017, atribuídos no âmbito do Programa “Odemira Empeende - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego” foram entregues no dia 23 de julho, na FACECO – Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira.

Além do Prémio Espírito Empreendedor, o programa concede apoios financeiros a novas iniciativas empresariais e engloba a Oficina do Empreendedor, (que inclui o Gabinete de Apoio ao Empreendedor, Ninho de Empresas e Atendimento Temático), a

redução de taxas municipais, apoio à fixação de empresas e incentivos fiscais.

Novas Iniciativas Empresariais:

1.º: Cabeleireira Móvel, Lina Brissos, Monte da Estrada, Relíquias 1.500,00€

2.º: Atividade Marítimo Turística, José Brás, Vila Nova de Milfontes 1.000,00€

3.º: Fabrico de Chocolate Artesanal, Salama, Lda, Odemira 500,00€

Ideia Empreendedora e Criativa:

Odemira + Perto (Promoção de Serviços e



Venda de Produtos Locais via Online), Tânia Neves, Sabóia 2.000,00€

Prémio Inovação

Crazy Balls, Zupa, José Carvalho, Vila Nova de Milfontes

ANTÓNIO COSTA VISITA EMPRESAS AGRÍCOLAS

O Primeiro-ministro António Costa, o Ministro da Agricultura Capoulas Santos, o Secretário de Estado da Indústria João Vasconcelos e o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação Luís Medeiros Vieira, visitaram o concelho de Odemira, no dia 15 de maio. A deslocação teve por objetivo conhecer de perto a unidade da Vitacress localizada em Boavista dos Pinheiros, e a quinta da Maravilha Farms, uma empresa agrícola de pequenos frutos situada perto da Zambujeira do Mar, que comemorou o seu 10.º aniversário.



EMPRESAS DE ODEMIRA DISTINGUIDAS PELA ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO

O Restaurante Porto das Barcas, em Vila Nova de Milfontes, foi distinguido nos Prémios “Turismo do Alentejo” 2016, na categoria de melhor Gastronomia. A Herdade do Amarelo Natura & Spa recebeu

uma Menção Honrosa na categoria de Melhor Turismo Rural.

Os Prémios Turismo do Alentejo e Ribatejo 2016 foram entregues em Cuba, no dia 7 de maio e têm por objetivo distinguir e

divulgar projetos de significativa importância turística e que tenham contribuído para a melhoria da oferta turística da região bem como para o reforço da competitividade do setor.

ODEMIRA CELEBROU O DIA DA INTERCULTURALIDADE

Promover o convívio entre cidadãos imigrantes e a comunidade local e sensibilizar para riqueza da comunhão entre diferentes culturas foi o objetivo do Dia da Interculturalidade, promovido no dia 4 de novembro, no Mercado Municipal de Odemira, no âmbito Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes.

Ao longo dos dias a gastronomia e a cultura uniram os povos e motivaram a festa, pois o evento teve como ingredientes a gastronomia de quatro continentes, apresentados pelos Chefs Lídia Campos (Brasil), Sajit Gurung (Nepal), Licínio Silva (Cabo Verde), Natalia Styr (Ucrânia) e Salomé

Mansos da Escola Profissional de Odemira (Portugal). As receitas foram trabalhadas, nas semanas anteriores, em workshops dinamizados por estes “Chefs imigrantes”, dirigidos aos alunos do Curso de Cozinha da Escola Profissional de Odemira.

Depois dos sabores seguiu-se a animação sobre as Migrações pelo Teatro do Mira, com produção de “Os Piscos”, e a apresentação de danças tradicionais do Nepal (por Ta Nata Pun, Sherpa Phurwa, Junu Pun, Narendra Rai, Santosh Gurung e Jhama Chochangi). A tertúlia sobre Histórias de Migrações mobilizou dezenas de testemunhos de cidadãos da nossa

comunidade que foram emigrantes e cidadãos imigrantes no nosso concelho. A música luso-cubana envolveu o espaço com a atuação do grupo Com Alma, com os músicos Sheila Kamayd (de Cuba), David Campos e Guilherme Campos. O evento contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, Vereadores e Vereadora, tendo a Vereadora Deolinda Seno Luís, responsável pela área social e Presidente da Comissão Local para a Interculturalidade, dado as boas-vindas e enaltecido a riqueza do salutar convívio e partilha entre as diferentes culturas que vivem no nosso território.



>> reconhecimento
>> cultura



CERIMÓNIA PROTOCOLAR DO DIA DO MUNICÍPIO

No dia 8 de setembro, a vila e o concelho de Odemira comemoraram o Dia do Município, sendo realizada uma Cerimónia Protocolar, no Jardim Sousa Prado. A data foi assinalada pela homenagem e reconhecimento a 162 odemirenses e entidades locais que se destacaram a nível regional,

nacional e internacional, nas áreas da Cultura, Desenvolvimento Económico, Educação, Desporto Escolar e Desporto, que receberam os diplomas e placas alusivas pelas mãos do Presidente da Câmara, José Alberto Guerreiro, e da presidente da Assembleia Municipal, Natália Cabecinha.

Na área cultural prestou-se homenagem ao Grupo Cultural de Odemira, que completa este ano o seu 40º aniversário e que brindou o público com várias modas. A cerimónia terminou com um almoço de confraternização no Recinto das Festas de Nossa Senhora da Piedade.

ENTIDADES E INDIVIDUALIDADES HOMENAGEADAS:

CULTURA

Grupo Coral de Odemira
Inês Isabel Guerreiro Aroeira da Silva Ramos Viana
Irmã Maria da Ascensão Marques Lourenço
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
Casas da Cerca – Turismo em Espaço Rural
Zmar Eco Experience – Turismo de Eco-Campo
Herdade do Amarelo – Nature & Spa – Turismo em Espaço Rural
Vinhos Mil, Lda
Porto das Barcas – Restaurante
Cortes de Cima, S.A.
Frutadivina – Produção e Comércio de Frutas e Plantas, Sociedade Unipessoal, Lda
G. O. Berrys, Lda.
Ilídio Fragoso & Filhos, Lda.
Marquês das Madeiras – Comércio de Madeiras, Lda.
EDUCAÇÃO
Agrupamento de Escolas de Colos
Agrupamento de Escolas de Colos
Agrupamento de Escolas de Sabóia
Agrupamento de Escolas de São Teotónio
Agrupamento de Escolas de Odemira
Agrupamento de Escolas de Odemira

DESPORTO ESCOLAR

Agrupamento de Escolas de Odemira
Equipa de Voleibol Feminino / Juvenis, do Agrupamento de Escolas de Odemira
Equipa Feminina de Atletismo do Agrupamento de

Escolas de Odemira
Equipa Masculina de Atletismo do Agrupamento de Escolas de Odemira
Mafalda Figueira
Rita Vicente

DESPORTO

Clube Fluvial Odemirense
Jorge Domingos
Pedro Rodrigues
Filipe Correia
Júlio Soares
Fernando Encarnação
Vasco Marcos
Marta Paulino
António Soares
Miguel Oliveira
Ricardo Silva
João Pinto
Diogo Rodrigues
Duarte Correia
Afonso Campos
Gonçalo Penteado
Bernardo Silva
David Cruz
Vicente Duarte
Duarte Cabral
André Pinto
Bruno Silva
Jorge Neno
Tomás Luz
Bernardo Fragoso
Margarida Gomes
Maria Guerreiro
Clube Náutico de Milfontes
Gonçalo Gamito
Diogo Patrício
Hugo Barracha
Sérgio Jesus
Nuno Silva
Nuno Nanita
Artur Andrade
Daniel Trohin
Joana Martins
Andreia Sobral
Beatriz Martins
Madalena Batista
Diana Santamaria
Clube Náutico do Litoral

Alentejano
Clube Náutico do Litoral Alentejano (Prémio Coletivo)

Tomás Emídio
Diogo Reis
Iara Lopes
Duarte Machado
Pedro Silva
Duarte Ramos
Miguel Mathiotte
Lara Ramos
Mariana Piteira
Catarina Agostinho
Maria do Mar Cabecinha
Sofia Lourenço
Clara Carvalho
Ana Garcias
Mário Mathiotte
David Ramos
Rúben Emídio
Rodrigo Ferreira
Micaela Silvestre
Maria Santos
Joana Silva
Margarida Pereira
Jéssica Rosa
Erica Garcia
Rodrigo Machado
Mateus Luís
Diogo Neves
Guilherme Dias
Rafael Carvalho
Fábio Bergamine
Sebastião Moreira
Flávio Campos
Pedro Rosa
Marcos Carvalho
António Falcão
Filipa Duarte
Catarina Reis
Mário Oliveira
Leonardo Campos
Diogo Esteves
Luís Silva
José Ramos Santos
Inês Esteves
Sara Rafael
Margarida Oliveira
Vanessa Tomás
Mário Mathiotte



Rui Reis
Diana Caiado
Sandra Nascimento
Mafalda Pereira
Maria Mathiotte
Ana Rita Ramos
Carlos Sena
Alexandre Meyer-Candon
Helder Tomás
Bruno Silvério
Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira
Erica Santos
Ângelo Dias
Inês Bernardo
Raul Lourenço
Peter Knight
Ana Catarina Dias
Pedro Poeira
Simão Lourenço
Ilídio Campos
José Ferreira
Marisa Cruz
Mariana Duarte

Nelson Martins
Francisco Guerreiro
Paulo Patrício
Solange Guerreiro
Equipa de Atletismo do Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira (título coletivo)
Ana Ferreira
Lars Assen
Gonçalo Cidoncha
Luís Rodrigues
João Meirinho
António Neves
Britt Assen
Mariana Gaspar
Inês Pinto Palma
Equipa de Natação do Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira (título coletivo)
Casa do Povo de São Luís
Tomé Candeias
Francisco Casimiro
Leonardo Campos
Flávio Campos

Rui Catarino
Sport Clube Odemirense
Clube Desportivo de Caça e Pesca de São Miguel
Clube Desportivo de Caça e Pesca de São Miguel (título coletivo)
Carlos Alberto Costa Félix Luz
Luís José Guerreiro Gamboa
Fernando António Jacinto Sobral
José Francisco Glória Marreiros Costa
Teresa Fernandes
Ana Rita Viegas (Sporting Clube de Portugal)
Afonso Silva (Sporting Távora/Formação Eng. Brito da Mana

Setembro Cultural

UM MÊS QUE CELEBRA A CULTURA EM ODEMIRA

Setembro significa cultura em Odemira. Ao longo de todo o mês, o programa Setembro Cultural ofereceu dezenas de atividades gratuitas, promovidas ou em parceria com o Município de Odemira.

Odemira recebeu o 2.º Estágio de Sopros e Percussão do Sudoeste Alentejano dinamizado pela Banda Filarmónica, a celebração do 17º aniversário da Biblioteca Muni-

cipal José Saramago, as Festas de Nossa Senhora da Piedade, a música e arte do Festival Sete Sóis Sete Luas, a exposição "Arte no Rio" e a 6ª edição do Simpósio Internacional de Escultura pela Associação Sopa de Artistas, a exposição de Arqueologia "Quem nos escreve desde a serra?" sobre a Escrita do Sudoeste, as Jornadas Europeias do Património (com o tema

"Património e Natureza" em Vila Nova de Milfontes), vários espetáculos no Quintal da Música e no Cineteatro, com destaque para "A Menina do Mar" pela Sociedade Recreativa S. Teotoniense e o arranque do Festival de Teatro Amador. Foram dezenas de atividades, num Setembro Cultural intenso.



>> conhecimento

>> cultura

A ENIGMÁTICA ESCRITA DO SUDOESTE

A Escrita do Sudoeste foi o tema do colóquio que decorreu no dia 14 de outubro, na Biblioteca Municipal José Saramago, com o objetivo de debater o estado atual do conhecimento sobre a mais antiga manifestação de escrita da Península Ibérica e que ainda hoje se encontra por decifrar, as novas teorias sobre a sua origem e perspetivas do desenvolvimento da sua investigação.

A iniciativa foi da responsabilidade do Município de Odemira e da associação GESTO – Grupo de Estudos do Território de Odemira.



APRENDER A ARTE DA VIOLA CAMPANIÇA

O Curso de Construção de Violas Campaniças, promovido pelo Centro de Valorização da Viola Campaniça e Canto a Despique, teve início no dia 9 de setembro e decorrerá durante um ano, na Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras. O curso é dinamizado pelo mestre Daniel Luz e frequentado por seis alunos.

O Centro de Valorização da Viola Campaniça e Canto a Despique resulta de um consórcio entre a Câmara Municipal de Odemira, Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras, Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras e ADA – Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras-Gare. O Centro pretende contemplar as vertentes de ensino e investigação, constituindo um organismo cultural ao serviço da comunidade, que congregue um Espaço Museológico, Programa Formativo e Programa Cultural.



REMODELAÇÃO DA IGREJA SABÓIA

As obras de requalificação da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Sabóia, foram inauguradas no dia 10 de setembro, um dia de especial que incluiu uma celebração religiosa presidida pelo Bispo de Beja, D. João Marcos, tendo também sido descerrada uma placa evocativa da data. Esta iniciativa de remodelação foi lançada em 2014, pelo empenho da Irmã Ascensão Lourenço e com o apoio dos párocos Júlio Lemos e Adriano Mata, Comissão Fabriqueira, população local, estruturas da Igreja, Município de Odemira, Junta de Freguesia de Sabóia e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A obra incluiu a substituição do forro, telhado e pavimento, melhorias na sacristia, intervenção no sino, colocação de novo sistema de som e de iluminação. A próxima fase será o restauro de talhas, altares e das imagens.





PROVAS DE CANOAGEM NO RIO MIRA



Entre maio e setembro, o Rio Mira recebeu três importantes competições de canoagem: 1ª Subida Internacional em K4, a Taça de Portugal de Maratona e o Campeonato Regional de Maratona Zona Sul, em iniciativas organizadas em parcerias entre Município de Odemira, Clube Fluvial Odemirense, Clube Náutico de Milfontes, Federação Portuguesa de Canoagem, com os apoios das Juntas de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, Longueira/Almograve e S. Salvador e Santa Maria, Bombeiros Voluntários de Odemira e de Vila Nova de Milfontes, e de várias empresas locais.

1ª SUBIDA DO RIO MIRA EM K4

A 1ª Subida Internacional do Rio Mira em K4 aconteceu no dia 30 de setembro, entre a Praia da Franquia e Odemira, numa distância de 31 km. Foi uma prova rápida até Odemira, com a maré a favor e boas condições para os 92 canoístas divididos pelas 23 equipas, que tiveram uma meta volante aos 13 km, na Casa Branca.

O rio Mira contou com a presença de José Ramalho, o Penta Campeão Europeu de Maratona e 4º classificado no Campeonato do Mundo, que venceu a prova em equipa com Alfredo Faria, Miguel Rodrigues e Ricardo Carvalho. No escalão principal das senhoras venceram Inês Esteves, Sara Rafael, Ana Henriques e Marta Noval. A organização pretende fazer desta regata uma marca na canoagem nacional, pelas excelentes condições que o rio Mira oferece.

TAÇA DE PORTUGAL DE MARATONA EM VILA NOVA DE MILFONTES

A Taça de Portugal de Maratona aconteceu nos dias 12 e 13 de agosto, na Praia da Franquia, em Vila Nova de Milfontes. Esta



prova Seletiva Nacional reuniu centenas de canoístas de todo o país para apuramento dos representantes no Campeonato do Mundo de Maratonas, que terá lugar na África do Sul.

ODEMIRA RECEBEU CAMPEONATO REGIONAL DE MARATONA ZONA SUL

No dia 6 de maio o rio Mira, a vila de Odemira, recebeu o Campeonato Regional de Maratona Zona Sul, que contou com a participação de mais de uma centena de atletas, para provas em percursos de 16 km e 20 km.

GALA DOS CAMPEÕES DISTRITAIS DE ATLETISMO EM ODEMIRA

A Biblioteca Municipal José Saramago recebeu, na tarde de 16 de setembro, a Gala dos Campeões da Associação de Atletismo de Beja. Um evento que prestou homenagem aos atletas que se sagraram campeões distritais, nas várias modalidades do atletismo e nos vários escalões etários.

Os atletas campeões do Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira e da Casa do Povo de S. Luís foram agraciados, dando prova do dinamismo que a modalidade conhece no nosso concelho.



>> conhecimento

>> desporto



4ª TAÇA CONCELHIA DE BTT DE ODEMIRA CHEGA AO FIM APÓS CINCO PROVAS NO TERRITÓRIO

A 4ª edição da Taça Concelhia de BTT de Odemira chegou ao fim, após cinco provas de cross country, realizadas entre junho e novembro, em várias freguesias do concelho de Odemira, promovidas pelo Município em parceria com o Clube BTT de Odemira, Grupo Desportivo e Recreativo de Amoreiras-Gare, Associação Vale Beijinha e Carrasqueira, Os Duraizos da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Longueira e Clube BTT do Sudoeste. As cinco provas tiveram sempre dois percursos, de Meia Maratona e Maratona, num total de 600 km e um acumulado de mais de 700 atletas em competição.

Os campeões da Taça Concelhia de BTT 2017 foram conhecidos depois da última etapa, no dia 5 de novembro, na prova “Pelas Serras do Sudoeste”, na freguesia de S. Teotónio, organizada pelo Clube BTT do Sudoeste, Município e Junta de Freguesia.

No final decorreu a cerimónia de entrega de prémios da prova “Pelas Serras do Sudoeste” e da Taça Concelhia de BTT, com a

presença de Telma Guerreiro, Vereadora da Câmara Municipal responsável pelo Desporto e pelo Presidente da Junta de Freguesia e S. Teotónio, Dário Guerreiro.

Na Meia-Maratona os vencedores nos escalões principais de masters femininos e elites masculinos são Vanessa Martins (equipa BTT Loulé/BPI/Elevis) e Hélder Rodrigues (GD Santa Cruz / Litoralalmotors). Na Maratona os grandes campeões nos escalões principais de masters femininos e elites masculinos são Teresa Fernandes (Duraizos / Lusabike) e Nelson Candeias (Extremosul / Hotel Elísios / Cenmais). Na classificação geral por equipas, o Clube BTT Grândola venceu na Meia-Maratona e o Grupo Desportivo Santa Cruz / Litoralalmotors na Maratona.

A Taça Concelhia regressa em 2018, com o objetivo de afirmar Odemira como território de excelência para a prática do BTT ao nível turístico, lazer e competição.



JUVENTUDE PARTICIPATIVA EM AÇÃO

No âmbito do Juventude Participativa vão ser concretizadas as duas propostas para promoção da Igualdade de Género aprovadas pelos alunos e pelos deputados municipais, na Assembleia Municipal Jovem, que decorreu no âmbito das Jornadas Escolares, no Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes. Foram aprovados os projetos "Igualdade de Género na Família" (do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio) e "Box É-me igual" (do Colé-

gio Nossa Senhora da Graça), num total de seis projetos apresentados pelos alunos das escolas do 3º ciclo, ensino secundário e profissional. A verba atribuída para concretização dos projetos aprovados, no valor de 5.000€ para cada, é gerida pelos alunos designados pelos agrupamentos, numa lógica de órgão executivo, para promoção da responsabilidade e sentido de gestão.

O Juventude Participativa foi convidado

pela Delegação de Beja do Instituto Português do Desporto e Juventude a participar, como projeto inspirador, na Academia de Desenvolvimento Juvenil, que decorreu em Faro (20, 21 e 22 de maio). Foi também apresentado no âmbito do Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, que aconteceu na Guarda (25, 26 e 27 de maio).

ODEMIRA CELEBROU A SEMANA EUROPEIA DA JUVENTUDE

A Semana Europeia da Juventude celebrou-se em toda a Europa, entre os dias 2 e 7 de maio. Em Odemira, o momento foi assinalado com o evento "Moche Tour Agarra a Vida", em Vila Nova de Milfontes, Odemira e Colos. A Semana Europeia da Juventude é promovida anualmente pela Comissão Europeia, com eventos e programas nacionais de comemorações nos países da União Europeia. Este ano teve como lema "O teu projeto, a tua Europa: Constrói, Vive, Participa" e agregou os 33 países envolvidos na execução do programa Erasmus+ em atividades dirigidas aos jovens, promovendo os valores europeus.



ODEMIRA PARTICIPA EM ENCONTRO SOBRE JUVENTUDE NA ESLOVÉNIA

Atendendo ao trabalho desenvolvido a nível municipal na área da juventude, a Câmara Municipal de Odemira foi convidada pela Agência Nacional Erasmus + Juventude em Ação, em conjunto com outras Câmaras Municipais (Cascais, Braga, Santa Maria da Feira e Portimão), representar Portugal no evento de lançamento da parceria estratégica internacional "Europe Goes Local", que decorreu entre 31 de maio e 2 de junho, em Ljubljana, na Eslovénia.



SERVIÇO VOLUNTÁRIO EUROPEU NO CONCELHO

Entre 1 de novembro de 2017 e 31 de outubro de 2018, Odemira é território de acolhimento para seis participantes do Serviço Voluntário Europeu, oriundos de Espanha, Itália e Hungria. Os jovens serão integrados nas associações Rota Vicentina, Sociedade Recreativa São Teotoniense, A Copa da Vida e Gaia Alentejo e no Sector de Juventude do Município de Odemira, onde desenvolverão serviço voluntário de acordo com os projetos de intervenção de cada entidade.

A par da receção de voluntários, este projeto também contempla o envio, no verão do próximo ano, de seis jovens odemirenses para a Europa, para que também eles tenham a oportunidade de adquirir uma experiência internacional (na Eslovénia, Espanha e Hungria), que possa enriquecer o seu futuro profissional e pessoal. O objetivo passa por contribuir com trabalho voluntário para o desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária.



>> conhecimento

>> social



INOVAÇÃO E IMPACTO SOCIAL DA ECONOMIA SOCIAL

Porque a Economia Social deve ser o motor para uma sociedade mais justa e inclusiva, é importante debater as atuais suas estratégias, desafios e futuro. Estes foram os grandes objetivos do Fórum Social de Odemira, com o tema “Inovação e Impacto Social”, que decorreu nos dias 10, 11 e 12 de maio, no Cineteatro Camacho Costa.

A iniciativa foi da responsabilidade do Município de Odemira e do Conselho Local de Ação Social, em parceria com a Logframe. Com um balanço bastante positivo, o Fórum Social acolheu os principais agentes

promotores e financiadores da intervenção social e contou centenas de técnicos, dirigentes e agentes sociais.

As conferências “Empreendedorismo” e “Novas Lógicas e Mecanismos na Intervenção Social” trouxeram a Odemira representantes da Iniciativa Portugal Inovação Social, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP e do Laboratório de Investimento Social. Os participantes puderam escolher entre dois workshops, com os temas “Caminhos de Cidadania” e “Estratégias Inovadoras para criar Impacto Social”. O último dia do Fórum contou com

painéis de luxo para debater as “Novas Perspetivas para a Intervenção Social” e “A Avaliação do Impacto Social”.

No primeiro dia aconteceu o 3º Encontro Regional das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do Alentejo. Debater sobre o caminho percorrido e o futuro das Comissões Sociais de Freguesias foi o tema de uma tertúlia que encheu o auditório da Biblioteca Municipal. A viatura do Projeto “Roteiro para a Cidadania em Portugal” esteve disponível para visita em Odemira.



DIA DO IDOSO CELEBRADO EM ODEMIRA

No dia 2 de outubro o Município de Odemira, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia, assinalou o Dia Internacional do Idoso, com um convívio que teve lugar no Salão dos Bombeiros Voluntários. A iniciativa contou com a participação de cerca de 300 utentes das oito instituições locais de apoio à Terceira Idade, sublinhando-se a

importância destas iniciativas para fomentar a convívio entre os utentes, técnicos e dirigentes.

Depois do almoço a música, as atuações de Marco Vieira e do Grupo Com Alma animaram a tarde. Houve tempo para um pé de dança e reencontros de amigos. A festa terminou com o partir do bolo.



220 AVÓS E NETOS DO CONCELHO VISITAM OCEANÁRIO DE LISBOA

Foi um dia diferente e especial para os 220 avós e netos do concelho que visitaram o Oceanário de Lisboa! O Município de Odemira assinalou o Dia Mundial dos Avós, no dia 26 de julho, pelo terceiro ano consecutivo, com o objetivo de homenagear a dedicação e a importância dos avós na família e promover o convívio com os seus netos.

Como forma de reconhecimento e valorização do papel que este grupo geracional

desempenha na comunidade e por forma a promover a sua participação, o Município assumiu as entradas dos participantes no Oceanário de Lisboa, bem como o transporte necessário.

As inscrições foram realizadas em colaboração as Juntas de Freguesia, sendo priorizada a participação dos avós com menos recursos e que não tenham participado nesta iniciativa em anos anteriores.



Programa “Ser Responsável”

JANTAR SOLIDÁRIO REÚNE EMPRESAS E ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

O Conselho Local de Ação Social de Odemira promoveu, no dia 13 de julho, em S. Teotónio, um jantar que reuniu as entidades da Economia Social que apresentaram projetos no âmbito do “Ser Responsável” (Programa de Responsabilidade Social das Empresas do Concelho de Odemira) e empresas do concelho que serão potenciais financiadoras.

O Programa “Ser Responsável” é promovido pelo Conselho Local de Ação Social de Odemira (CLASO), com o objetivo de mobilizar investidores institucionais (empresas e organizações) para o financiamento de

projetos de intervenção territorial, que privilegiem a dimensão humana e comunitária, com vista à melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população.

Na primeira edição do programa foram apresentados projetos sociais a financiamento, no limite de 20 mil euros cada, pela Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio, Santa Casa da Misericórdia de Odemira e Tic-Tac – Associação para a promoção de Tempos Livres de Crianças e Jovens.



SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE VISITA S. TEOTÓNIO

A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, visitou, no dia 13 de outubro, os campos de cultivo da empresa Maravilha Farms (na freguesia de S. Teotónio), tendo participado num almoço que juntou trabalhadores de 20 nacionalidades. A visita foi acompanhada pela Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal e Presidente da Comissão Local

para a Interculturalidade, Deolinda Seno Luís. Este foi o momento de entrega dos prémios de Responsabilidade Social da empresa, que atribuiu 10 mil euros à ADMIRA (projeto Mundos no País da Maravilha) e igual valor ao Clube de Vela de Tavira (ANDEspecial - Andebol Adaptado para a Deficiência Intelectual).





27ª FACECO: A MAIOR DE SEMPRE!

Perto de 36 mil visitantes passaram entre os dias 21 e 23 de julho pela 27ª edição da FACECO – Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, em S. Teotónio, superando todas as expectativas. Pecuária, artesanato, animação e gastronomia foram os ingredientes de um programa preenchido e dinâmico, num espaço maior e com cerca de 300 expositores. O certame foi organizado pelo Município, em parceria com a Associação de Criadores Limousine, Associação de Criadores da Raça Charnequeira, Estação de Apoio à Bovinicultura Leiteira, Associação de Criadores do Porco Alentejano e Junta

de Freguesia de S. Teotónio.

A inauguração contou com o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Vieira. A apresentação do Plano Estratégico e Operacional de Valorização do Rio Mira e a entrega dos Prémios Espírito Empreendedor foram outros momentos altos. No setor pecuário destaque para o Concurso Nacional da Raça Bovina Limousine e Concursos Regionais das Raças Bovina Holstein Frísia e Cabra Charnequeira, Concurso de Mel e a Prova Infantil de Mel (atividade exclusiva da FACECO). Este ano houve um novo espaço para as empresas do setor agrícola e dezenas de artesãos

do concelho, provas e showcookings, animação infantil e desporto (Futebol, Andebol e Campeonato de Skate). Mais de 30 grupos e artistas passaram pelo recinto, com o devido destaque para o cante alentejano. As artistas Áurea, Celina da Piedade, Rita Redshoes, a DJ Isabel Figueira e o programa “Somos Portugal” da TVI em direto da feira foram os pontos fortes.

A FACECO voltou a cumprir o seu objetivo: promoção do território, dos seus produtos e atividades, das coletividades e atores locais, constituindo um espaço de negócio e convívio.



S. TEOTÓNIO RECEBEU A FEIRA DA CAÇA MAIOR & PESCA DESPORTIVA

A vila de S. Teotónio recebeu, nos dias 2 e 3 de setembro, a Feira da Caça Maior & Pesca Desportiva do Concelho de Odemira, no Parque de Feiras e Exposições. O evento resultou de uma parceria entre o Município de Odemira, Junta de Freguesia de S. Teotónio e as Associações de Caçadores e Pescadores do concelho.

O certame contou com a participação de stands de empresas e associações dos setores, exposição de cães de matilha e de troféus, demonstrações de caça com cães de parar, o encontro de pesca do achigã a decorrer na Barragem de Santa Clara-a-Velha e um concurso de pesca no rio Mira, entre outras atividades. A com-

ponente gastronómica, animação infantil e animação musical completaram o programa.

A feira tem por objetivo promover atividades com grande dinamismo no concelho, que tem extraordinárias condições para os adeptos da caça e pesca desportiva.



AZENHA DO MAR RECEBEU A FESTA DO PESCADOR



A 15ª Comemoração do Dia do Pescador no concelho de Odemira realizou-se na Azenha do Mar, no dia 24 de junho, com o objetivo de promover o convívio entre a comunidade piscatória do concelho e refletir sobre as principais dificuldades e futuro do setor.

A iniciativa foi promovida pelo Município de Odemira, Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Junta de Freguesia de S. Teotónio e Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar e pelos pescadores do Porto de Pesca da Azenha do Mar, com os apoios das Juntas de Freguesia de Longueira/Almograve e de Vila Nova de Milfontes, Administração do

Porto de Sines, DOCAPESCA e Capitania do Porto de Sines.

O tradicional almoço convívio mobilizou os pescadores e famílias da Azenha do Mar e Entrada da Barca (Freguesia de S. Teotónio), Portinho do Canal (Vila Nova de Milfontes) e Lapa de Pombas (Longueira/Almograve).



MARISCADORES DA GALIZA VISITAM LITORAL ALENTEJANO



Entre os dias 28 e 30 de maio, o Litoral Alentejano recebeu a visita de um grupo de técnicos e representantes de pescadores e mariscadores que integram o GAL - Grupo de Ação Local do Setor Pesqueiro da "Ria de Vigo - A Guarda", da Galiza.

A iniciativa foi promovida pela ADL - Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano. No concelho de Odemira, o grupo visitou os Portos de Pesca de Vila Nova de Milfontes e Entrada da Barca, bem como o Cabo de Sardão e a aldeia de Zambujeira do Mar.

Esta iniciativa teve como objetivo perceber os métodos e estratégias de trabalho da apanha e comercialização do Percebe, bem como promover reuniões com pescadores/mariscadores locais, bem como associações e instituições ligadas a este setor de atividade.

>> desenvolvimento económico

>> economia

FEIRAS E FESTIVAIS ANIMAM CONCELHO



FESTIVAL DO POLVO NA ZAMBUJEIRA DO MAR

Petiscos, música e cultura à volta do polvo foram os ingredientes da 5ª edição do Festival do Polvo, que aconteceu nos dias 22, 23 e 24 de setembro, na Zambujeira do Mar. “Prove aqui o melhor polvo do mundo” foi o lema dos restaurantes da localidade. Nota também para a realização de showcookings diários. O evento foi organizado pela Associação Cultural Recreativa e Desportiva Zambujeirense, em parceria com o Município de Odemira, com o apoio do EPO – Centro Escolar e Empresarial do Sudoeste Alentejano, Doca Pesca e Junta de Freguesia de S. Teotónio.



FESTIVAL DO ACHIGÃ EM SANTA CLARA-A-VELHA

Nos dias 16 e 17 de setembro, a aldeia de Santa Clara-a-Velha recebeu o 9º Festival do Achigã, com gastronomia, artesanato, animação infantil e espetáculos musicais. A iniciativa foi da responsabilidade da Associação “Os Amigos de Santa Clara”, com os apoios do Município, Juntas de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Luzianes-Gare, GNR e população local. O objetivo é divulgar a região, dando a conhecer os produtos mais genuínos da região.



FACES E FESTIVAL DO MEDRONHO EM SABÓIA

Entre os dias 12 e 15 de agosto, Sabóia esteve em festa com a FACES – Feira das Atividades Culturais e Económicas de Sabóia e 2º Festival do Medronho. A organização pertenceu à Associação Humanitária D. Ana Pacheco e Sabóia Atlético Clube, em parceria com a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Sabóia, Município de Odemira, Junta de Freguesia e população local. O certame contou com dezenas de expositores e uma forte componente de artesanato, animação, desporto, convívio e música.



FEIRA DE S. JOÃO EM COLOS

A vila de Colos voltou a cumprir a tradição com a realização da Feira de S. João, nos dias 23, 24 e 25 de junho. A feira apostou na dinamização do setor pecuário, mostra de artesanato e produtos locais e muita animação. A iniciativa foi promovida pela Junta de Freguesia de Colos e Colos XXI – Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Colos, com o apoio do Município de Odemira.



TASQUINHAS EM S. LUÍS

Entre os dias 28 e 30 de julho, a localidade de S. Luís recebeu a 19ª edição das Tasquinhas de S. Luís, onde os petiscos e a animação musical foram os ingredientes principais. A par dos petiscos, ao longo dos três dias, no Largo da Junta decorreu um intenso programa de animação, com artesanato, quermesse, animação infantil e bailes. A organização foi da responsabilidade da Sociedade Recreativa e Musical Sanluizense, com o apoio da Junta de Freguesia de S. Luís e do Município de Odemira.



FESTAS DE MAIO EM AMOREIRAS-GARE

As Festas de Maio e 14ª Feira do Interior do Concelho de Odemira animaram a aldeia de Amoreiras-Gare, entre os dias 29 de abril e 1 de maio, recebendo milhares de visitantes e um preenchido programa cultural onde o cante alentejano e o canto ao baldão se evidenciaram. A organização pertenceu à Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras-Gare, com o apoio do Município e Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras. Destaque para a Exposição de Artesanato e Produtos Regionais, para a Tarde de Cante e para o 12º Festival de Cantares ao Desafio/Improviso.

FEIRA NACIONAL DE TURISMO DESPORTIVO E DE NATUREZA EM VILA NOVA DE MILFONTES

Nos dias 16, 17 e 18 de junho, Vila Nova de Milfontes recebeu a FEI-TUR – Feira Nacional de Turismo Desportivo e de Natureza, resultado da parceria entre o Município de Odemira e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, com o objetivo de promover e afirmar o território como destino privilegiado para a fruição da natureza com qualidade. A Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, marcou presença na inauguração, bem como no colóquio "Estratégia Turismo 2027".

A FEI-TUR apostou na promoção dos produtos turísticos mais emblemáticos do concelho, colocando em destaque as atividades na natureza, como passeios de barco no rio e no mar, canoagem, caminhadas, BTT, stand up paddle, mergulho ou surf. O certame contou com dezenas de expositores, entre unidades de alojamento, empresas de animação turística e de produtos agroalimentares, showcookings e artesanato, a par de um intenso programa desportivo e musical, com as atuações de Luísa Sobral e Capitão Fausto.



Abril em Odemira

2017



ABRIL É EM ODEMIRA!

As comemorações do 25 de Abril trouxeram a Odemira muitas atividades culturais e desportivas, para todos os públicos, numa iniciativa do Município e em parceria com entidades locais.

Os momentos fortes aconteceram com espetáculos pelo cantor Pedro Barroso, DJs JOaNa e Lighthouse, as bandas locais Fax Rock e Suspeitos do Costume a anteceder os Alcoolémia, David Carreira, Dengaz e a banda rock que move gerações – Xutos & Pontapés. Na última noite, a emoção na voz sensação do fado, Raquel Tavares. Momentos solenes marcaram também a festa de abril, com o Hastear da Bandeira, acompanhado pela Banda Filarmónica e Grupo Coral de Odemira, e a leitura de um Poema de Abril por Mariana Cardoso, seguindo-se o espetáculo de fogo-de-artifício.

A Sessão Solene da Assembleia Municipal foi o momento de homenagem aos 43 anos de Democracia e para a atribuição da Medalha Municipal de Mérito a Nazário Viana, Fernando Encarnação, Augusto Inácio Maria, António Ledo e Humberto Encarnação. Cláudio Percheiro recebeu a Medalha de Honra Municipal. A autarquia prestou homenagem aos soldados da paz perante a formatura dos bombeiros de Odemira e de Vila Nova de Milfontes e do Núcleo da Liga de Combatentes do Concelho.

O espetáculo pela Escola de Música Tradicional de Odemira e o Circuito de Atletismo encerram um mês de festa intensa que celebra a Liberdade e a Democracia.

Celebrar Abril é uma tradição que todos os anos mobiliza imenso público para Odemira.



FESTIVAL TASSJAZZ EM ODEMIRA

Entre 10 e 15 de julho, o melhor do jazz regressou a Odemira, com a 14ª edição do Festival TassJazz, numa iniciativa do Município.

Foram seis noites de casa cheia, em ambiente de ensino, festa e qualidade entre o Quintal da Música e o Cerro do Peguinho.

O festival ofereceu workshops de cordas com Vasco Agostinho e de sopros com Rui Teixeira e concertos pelos combos da Associação Jazz e Não Só!, com a participação dos músicos que dinamizaram os dois workshops. Salvador Sobral e o seu quarteto conquistaram com as músicas do álbum "Excuse Me", mas no final as cerca de 2 mil pessoas presentes cantaram em uníssono "Amar pelo dois". Antes, o duo Afonso Pais & Rita Maria mostrou uma incrível cumplicidade musical. A segunda noite do TassJazz foi de puro jazz instrumental, com a atuação do Trio de Jazz de Loulé e o Ensemble TassJazz / Quarteto de Vasco Agostinho.



>> conhecimento

>> cultura



7º FESTIVAL DE MARCHAS NO CONCELHO DE ODEMIRA

Participação de centenas de marchantes, entre adultos e crianças, empenho de costureiras e músicos, dinamização de coletividades e aldeias e muito amor às Marchas. Assim se pode definir em poucas palavras o que é o Festival de Marchas de Odemira, que teve este ano a sua 7ª edição.

Ao longo do mês de junho e início de julho foi o tempo da apresentação das oito marchas em 10 encontros, numa iniciativa do Município e das várias coletividades, que culminou com o grande encontro final, em Odemira, no dia de 30 de junho. Mas para trás ficaram meses de trabalho. As marchas foram promovidas pela Associação Humanitária D. Ana Pacheco, Associação Cultural Recreativa e Desportiva Zambujeirense, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio, Centro Desportivo e Cultural do Cavaleiro, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Moradores do Almogrove, Associação de Festas da Boavista dos Pinheiros, Casa do Povo de S. Luís, Sociedade Recreativa S. Teotoniense e Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira.

Neste âmbito, a Biblioteca Municipal recebeu uma Mostra de Trajes do Festival de Marchas, com o objetivo de valorizar e mostrar os trabalhos de guarda-roupa, nos modelos feminino e masculino, confeccionados para as marchas ao longo dos anos.



ODEMIRA RECORDOU AMÁLIA RODRIGUES

Nos dias 6 e 7 de outubro, o Município de Odemira e a Fundação Amália Rodrigues promoveram um evento que constituiu uma evocação e homenagem à fadista que tinha fortes ligações ao Brejão, onde tinha a sua casa de férias e onde, nas suas palavras “era feliz”.

O programa “Odemira recorda Amália” ofereceu uma Noite de Fados, no Centro Social do Brejão, com a apresentação, em estreia nacional, do espetáculo “Tributo Oficial Amália”, com a participação das fa-

distas Joana Amendoeira, Sandra Correia e Tânia Oleiro.

À semelhança do que aconteceu em 2016, a casa de férias de Amália Rodrigues abriu portas para visitas àquele que era o local de eleição para descanso e retiro.

Com esta iniciativa, o Município de Odemira pretende manter viva a memória desta grande figura da cultura nacional e a ligação que Amália Rodrigues manteve com o concelho de Odemira ao longo da sua vida.



GRANDE FESTA EM S. TEOTÓNIO COM O FESTIVAL DE MASTROS

Milhares de flores e decorações de papel preparadas pela população, nove mastros, outros tantos bailes, muita música, marchas populares, concertos e muitos visitantes. Assim foi a 18ª edição do Festival de Mastros, que decorreu na vila de S. Teotónio, entre os dias 10 de junho e 2 de julho.

A Associação São Teotónio Não Dorme e a Junta de Freguesia de S. Teotónio foram as entidades promotoras, que contaram com

os apoios do Município de Odemira e da empresa Música no Coração e a parceria das associações e entidades locais. Este ano foram preparados nove mastros: da Creche Os Calculinhos, da Rua Alexandre Herculano, do Quintalão, do Lar, da Rua José Estêvão e Largo da Palmeira, da Rua 25 de Abril, do Coração da Vila, da Rua da Fonte e do Encalhe.



ANIMAÇÃO DE VERÃO EM ALMOGRAVE, VILA NOVA DE MILFONTES E ZAMBUJEIRA DO MAR

Durante as noites do mês de julho e agosto, houve animação cultural nas localidades de Almogrove, Milfontes e Zambujeira do Mar, promovida pelo Município de Odemira, Juntas de Freguesia e diversas entidades particulares e artísticas. O objetivo é diversificar a oferta de animação nestes destinos turísticos escolhidos por milhares de nacionais e estrangeiros para dias de férias.

O programa incluiu música, desde cante alentejano, música tradicional, fado e jazz, folclore, teatro e bailes. Agosto foi também o mês das Festas Religiosas em Honra de Nossa Senhora do Mar na Zambujeira do Mar, em Honra de Nossa Senhoras dos Navegantes em Almogrove e em Honra de Nossa da Graça em Vila Nova de Milfontes.



MONTRAS – MOSTRA DE ARTISTAS E ARTESÃOS DE S. LUÍS

As MONTRAS voltaram a animar S. Luís e chamar a atenção para artes e performances artísticas em plena rua ou espaços comerciais lojas (em funcionamento ou já fechados). A Mostra de Artistas e Artesãos de São Luís aconteceu nos dias 12 e 13 de agosto, com algumas exposições patentes até ao início de setembro.

Houve artes plásticas, moda, arquitetura, música, teatro e dança e artesanato

e muito mais, incluindo a decoração de uma montra pela artista plástica Joana Vasconcelos. O evento foi promovido pela Transição São Luís, com o apoio da Junta de Freguesia, Município de Odemira, Casa do Povo, Cultivamos Cultura, Três em Pipa e OFICINA/ GAIA Alentejo e a participação da comunidade local.



>> conhecimento

>> desporto



MAIS DE 1000 ATLETAS NAS BRISAS DO ATLÂNTICO

O litoral do concelho de Odemira recebeu no dia 10 de junho as “Brisas do Atlântico”, um evento desportivo multidisciplinar, entre Almogrove e Zambujeira do Mar, que mobiliza anualmente mais de mil participantes. Cicloturismo, BTT, Orientação e Pedestrianismo na vertente de lazer e as modalidades de Patinagem, Run & Bike e Atletismo (Individual, Estafetas, Desporto Adaptado) na vertente competitiva, foram as disciplinas que atraíram os cerca de 1000 atletas. No final da prova, a organização ofereceu um almoço convívio a todos os participantes, que decorreu em simultâneo no Almogrove e Zambujeira do Mar.

Numa iniciativa do Município em parceria com um largo conjunto de entidades, o evento “Brisas do Atlântico” fez este ano parte de um conjunto de eventos desportivos da Liga de Corridas Allianz/Record. A missão deste ano foi o Turismo Sustentável para o Desenvolvimento do Concelho, sendo que as receitas reverteram a favor do projeto social mais votado entre os participantes e que incidiu no projeto “Turismo para Todos” da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira.



FINAIS DO CAMPEONATO NACIONAL DE ANDEBOL DE INICIADOS EM ODEMIRA

Em junho a vila de Odemira foi o centro das atenções no Campeonato Nacional de Andebol de Iniciados Masculinos e Femininos. Entre 1 e 4 de junho decorreu no Pavilhão Dr. Justino Santos a fase final de Iniciados Masculinos. O Colégio dos Carvalhos (Porto) sagrou-se como Campeã Nacional de Andebol de Iniciados Masculinos, a equipa Associação Atlética Águas Santas (Maia) conquistou o 2.º lugar, o 3.º e o 4.º lugar foram conquistados pelas equipas Sport Lisboa e Benfica e ABC de Braga. Nos dias 15, 16 e 17 de junho aconteceu a fase Final do Nacional de

Andebol de Iniciados Femininos, onde se sagrou campeã a equipa CA Leça, que também conquistou a Taça Fair-Play. O segundo lugar foi conquistado pela equipa ND Sta. Joana (Maia), a ARC Alpendorada arrecadou o terceiro lugar e o quarto lugar pertenceu à equipa JAC Alcanena.

A iniciativa resultou de uma organização conjunta entre Federação de Andebol de Portugal, Associação de Andebol de Beja, Município de Odemira e da Cautchú – Associação de Promoção e Desenvolvimento de Desporto.



DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira:

Faz saber, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Câmara Municipal destinadas a ter eficácia externa, tomadas na Reunião Ordinária da Câmara Municipal, que teve lugar no dia 30 de novembro de 2016.

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Proposta n.º 43/2016 P - Alienação/Arrendamento de parcela com a área de 10.087 m2, ocupada por parte do Parque de Campismo "Campiférias" em Vila Nova de Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rejeitar a proposta da NovaFérias, S.A. de 29 de agosto de 2016 e propor como contraproposta a contratação de arrendamento pelo prazo de um ano, pelo valor anual de 5.000,00€ da mesma área de 10.087 m2, devendo a NovaFérias, S.A. pronunciar-se em 10 dias. Mais delibera, por unanimidade, que no prazo de vigência do novo contrato, a Câmara Municipal de Odemira e a NovaFérias, S.A. procedam à renegociação dos termos de um Acordo de Arrendamento ou alienação para o futuro.

2 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

3 - Proposta n.º 50/2016 P - Alteração ao Anexo I do contrato tipo de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão/ Intervenção dos Órgãos Municipais no Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Proposta n.º 51/2016 P - Protocolo de Fomento Desportivo – Competições de Escalões de Formação e de 1ª Divisão Distrital de Futebol – Época 2016/2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA

1 - Gestão dos Recursos Humanos em função dos Mapas de Pessoal - Abertura de procedimentos concursais comuns por tempo indeterminado: Proposta de alteração.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Cedência da Escola Primária de Taliscas ao Clube de Caça e Pesca das Taliscas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Cedência de sala da EBI de Vale de Santiago à Freguesia de Vale de Santiago.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência de uma das salas da Escola nos termos propostos.

3 - Cedência de sala da EBI de Fornalhas Velhas à Freguesia de Vale de Santiago.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 12/11/2016 a 22/11/2016.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

5 - Aquisição de electricidade para instalações do Município de Odemira alimentadas em baixa tensão normal e para iluminação pública, ao abrigo de Acordo Quadro celebrado pela CC-CIMAL.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.4. - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

1 - Revisão do Plano Diretor Municipal de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.5. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 11/11/2016 e 24/11/2016, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.6. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Retificação do Estudo da Numeração de Polícia no arruamento denominado "Travessa de Odemira", sito em São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Estudo da Numeração de Polícia para o arruamento denominado "Rua do Cerro da Força", sito em Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.7. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Identificação das águas balneares e duração da Época Balnear 2017.Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Plano de Desenvolvimento Social de Odemira 2016-2020.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

3 - Carta Social da População Sénior do Concelho de Odemira.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

4 - Prémio Espírito Empreendedor: Regras edição 2016/2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego - Aprovação de candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende»: Desistência de Candidatura.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

7 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

8 - Programa Sinergias Sociais: Abertura de Candidaturas 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

9 - Programa de Responsabilidade Social das Empresas do Concelho de Odemira - "Ser Responsável".

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

10 - Odemira Acredita em Ti - Projeto "Odemira na Europa" - Atribuição de apoio ao GAIA Alentejo - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

11 - Apoio financeiro ao Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade para a festa de Natal "O Circo".

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

12 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

13 - Ação Social Escolar - Novos Pedidos e Reanálises.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

14 - Bolsas de Estudo e Prémios por Mérito 2016/2017: Lista Provisória.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

15 - Atribuição de subsídio à TAIPA, CrL. para a "Campanha Aliados no Natal 2016".

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

Paços do Concelho de Odemira, 5 de dezembro de 2016

O Presidente da Câmara,

José Alberto Candeias Guerreiro

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira:

Faz saber, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Câmara Municipal destinadas a ter eficácia externa, tomadas na Reunião Ordinária da Câmara Municipal, que teve lugar no dia 15 de dezembro de 2016.

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL

1 - Contrato para Apoio a Instalação e Concessão de Esplanadas na Zambujeira do Mar – Proposta.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção do eleito pela Coligação Democrática Unitária, proceder conforme o proposto nas Normas e Apoios para Instalação e Concessão de Esplanadas na Zambujeira do Mar, relativamente às esplanadas descritas em 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da presente proposta. Mais deliberou, por maioria, com os mesmos votos, solicitar aos serviços informação detalhada sobre as esplanadas descritas em 7 e 8, devendo ser presente ao Coletivo posteriormente para apreciação.

2.2. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 23/11/2016 a 08/12/2016.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - 1ª Modificação Orçamental - 2016: 7ª Alteração ao Orçamento da Despesa; 8ª Alteração ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 7ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.3. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 25/11/2016 e 8/12/2016, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.4. - DIVISÃO DE AMBIENTE

1 - Atribuição de subsídio no âmbito da ação "Limpar Odemira": Alteração de entidade.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Atribuição de numeração de Polícia ao arruamento denominado por "Rua das Morenas", sito em São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Atribuição de numeração de polícia ao arruamento denominado por "Rua do Comércio", sito em São Luís.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Acesso de veículos pesados de grande porte ao Mercado Municipal da vila de Odemira.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto para melhor apreciação.

2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende»: Benefícios Fiscais.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a intenção de indeferir a pretensão.

2 - Denúncia de Protocolo de Colaboração para a realização do XII Concurso Hípico de Obstáculos na FACECO 2016.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Pedido apoio para pintura de habitação, no âmbito do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a intenção de indeferir a pretensão.

4 - Adenda ao Protocolo de Colaboração da Piscina Municipal de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Odemira e a Federação Portuguesa de Orientação e o Clube de Orientação e Aventura do Litoral Alentejano.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e o voto contra do eleito pela Coligação Democrática Unitária.

6 - Prémios de Atividade Desportiva: Atribuição de subsídio ao Clube Fluvial Odemirense, ao Clube Náutico Litoral Alentejano e ao Clube Náutico Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

7 - Protocolo de Colaboração para a realização de programa Ar-

tístico-Pedagógico.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

8 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

9 - Protocolos entre o Município de Odemira e a CERCICOA, a CERCISIAGO e a ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE ODEMIRA.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

Paços do Concelho de Odemira, 16 de dezembro de 2016

O Presidente da Câmara,

José Alberto Candeias Guerreiro

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 5 DE JANEIRO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal uma Declaração Política, intitulada "Prospecção e Exploração de Hidrocarbonetos no Algarve e Alentejo", a qual foi subscrita pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Quotizações referentes ao ano de 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Participações para o ano de 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Alienação/Arrendamento de parcela com a área de 10.087 m2, ocupada por parte do Parque de Campismo "Campiférias" em Vila Nova de Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a formalização de novo Contrato com base nos termos do arrendamento proposto e aprovado em 2016/05/19 pela Câmara Municipal (Hipótese A da proposta), correspondente a 1€/ m2 de área arrendada, pelo prazo de 12 (doze) anos, nos termos propostos e cuja Minuta deverá ser submetida à NovaFérias, S.A. e ao Coletivo da Câmara Municipal para aprovação, no prazo de 30 (trinta) dias.

5 - Proposta n.º 1/2017 P - Aquisição de parcela de terreno em S. Martinho das Amoreiras.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Proposta n.º 2/2017 P - Execução das obras de Infraestruturas do Loteamento titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/2011.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL

1 - Ata do Conselho Municipal de Segurança de Odemira.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.2. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 09/12/2016 a 28/12/2016.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Determinação de Fundos Disponíveis Iniciais do ano 2017: utilização do saldo da gerência anterior.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos propostos.

3 - Concessão das bancas n.º 17 e n.º 18 do Mercado Municipal de Odemira: Arrematação em Hasta Pública e licitação verbal.

A presente Hasta Pública ficou deserta. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, marcar nova Hasta Pública a realizar na reunião do coletivo de 02/03/2017, pelas 15:00 horas, devendo ser publicitado o respetivo Edital.

4 - Concessão da loja n.º 1 (interior) do Mercado Municipal de Odemira: Arrematação em Hasta Pública e licitação verbal.

Foi arrematada em Hasta Pública à Firma Lactocínios do SW, Lda, pelo valor de 60,00€ (sessenta euros).

2.3. - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

1 - Empreitada de construção da EBI de S. Teotónio – Retificação e prorrogação do prazo.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos propostos.

2.4. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 09/12/2016 e 31/12/2016, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Alteração da configuração da Avenida da Praia e da Rua de S. José, sitas em Zambujeira do Mar, freguesia de São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Bolsas de Estudo e Prémios por Mérito 2016/2017: Lista Definitiva.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Ninho de Empresas de Odemira - Aprovação de candidatura.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Plano Anual de Feiras e Mercados do Concelho de Odemira 2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

5 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o indeferimento da pretensão.

6 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Benefícios Fiscais.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o indeferimento da pretensão.

Paços do Concelho de Odemira, 10 de janeiro de 2017

>> deliberações

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 19 DE JANEIRO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, atribuir um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, devendo ser prestadas as mais profundas e sinceras condolências à sua família e ao Partido Socialista Português.
2. - ORDEM DO DIA
2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL
1 - Proposta n.º 1/2017 V-RC - Participação dos Membros da Rede de Autarquias Participativas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.1.2. - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL
1 - Parecer sobre o Plano de Gestão Florestal no Prédio Rustico denominado "Cubeiros de Baixo e Cubeirinhos", sito na Freguesia de Relíquias.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável nos termos propostos.
2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA
1 - Gestão de Recursos Humanos em função dos Mapas de Pessoal - Recurso a Reservas de Recrutamento - Assistente Operacional, para a Divisão de Infraestruturas e Logística (DIL).
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 29/12/2016 a 11/01/2017.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.4. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL
1-Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 01/01/2017 e 12/01/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA
1 - Autorização para a exploração do serviço "Expresso de Passageiros" nas paragens de Almogrove, Zambujeira do Mar, São Teotónio e Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Atribuição da numeração de polícia ao arruamento denominado por "Rua D. João II", sito em Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL
1 - Protocolos MOVUJOVEM: Relatório do Cartão Jovem Municipal EYC e Cartão OJOVEM, referente ao ano de 2016.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Plano de Atividades e Orçamento para 2017 da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
3 - Atribuição de subsídio ao Projeto ST- E6G.
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto por impedimento do Presidente da reunião.
4 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
5 - Relatório de Monitorização do Banco Local de Voluntariado de Odemira (BLVO) 2016.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
6 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
7 - Relatório de Avaliação Anual do Subsídio de Apoio ao Arrendamento 2016.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
8 - Relatório de Avaliação do Cartão Social Municipal 2016.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
9 - Relatório de Avaliação Anual do Programa de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes 2016.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
10 - Ação Social Escolar - Novos Pedidos, Nova Documentação e Reanálises.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
11 - Atribuição de Apoio para Requalificação Habitacional à Senhora Leoncina da Conceição Rio, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
12 - Atribuição de Subsídio à ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa: Programa Eco-Escolas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
13 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Benefícios Fiscais.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, indeferir a pretensão.
14 - Minutas de Protocolo a celebrar com os parceiros que integram o Projeto Growing Together: Immigrants Empowerment as Local Citizens and as Educators.
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto para melhor apreciação.
15 - Atualização de valor da participação diária estabelecida no Protocolo celebrado com a Rodoviária do Alentejo, S.A..
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
16 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Odemira e a Diocese de Beja - Departamento do Património Histórico e Artístico, para a realização do Festival Terras Sem Sombra 2017.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
17 - Adenda ao Protocolo de Colaboração para a Componente de Apoio à Família, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-escolar.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
18 - Atribuição de subsídio à Associação de Paralisia Cerebral de Odemira: Projeto GAPRIC - Gabinete de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimi-

dade, aprovar nos termos propostos.
19 - Estudo sobre a 12ª edição do Festival Terras Sem Sombra.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
20 - Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e IPSS's com valência de Jardim de Infância.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
21 - Minuta de Protocolo de Colaboração para a concretização do projeto "Era Uma Vez Odemira", no âmbito da Educação Não Formal.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
Paços do Concelho de Odemira, 20 de janeiro de 2017

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar uma Moção sobre "Prospecção e Exploração de Petróleo na Costa Sudoeste de Alentejo e Algarve".
2. - ORDEM DO DIA
2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE
1 - Assuntos para conhecimento.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Proposta n.º 3/2017 P - Minutas de Contratos de Cessão de Crédito a Título Gratuito e de Escritura de Doação do edifício sede da CIMAL.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Proposta n.º 4/2017 P - AHSACV - Design e composição de folheto promocional.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL
1 - Proposta n.º 1/2017 DSL - Proposta de criação e de atribuição de apoio financeiro para um Centro de Valorização da Viola Campanica e do Cante de Improviso.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Proposta n.º 2/2017 DSL - Proposta de aprovação da Câmara Municipal de Odemira como membro do Conselho Fiscal da Rede TOGETHER e designação de seu representante.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.2. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 12/01/2017 e 25/01/2017.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.3. - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS
1 - Alteração ao Loteamento Municipal da Boavista dos Pinheiros - Zona Sul.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.4. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL
1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 13/01/2017 e 27/01/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA
1 - Proposta de estacionamento rotativo na Rua Sousa Prado, em Odemira.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Atribuição de numeração de polícia para o arruamento denominado por "Rua Miramar", sito na Zambujeira do Mar, freguesia de São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL
1 - Normas de Utilização do Espaço OJOVEM - Casa da Juventude de Odemira.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Atribuição de subsídio ao Clube TT "A Conquista da Serra".
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Atividade "Vila no Mercado" 2017.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
4 - Atribuição de Subsídio ao Projeto ST- E6G.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
5 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
6 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas do Concelho de Odemira de 2016.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
7 - Pedido de apoio para pintura de habitação, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, indeferir a pretensão.
8 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
9 - Minutas de Protocolo a celebrar com os parceiros que integram o Projeto Growing Together: Immigrants Empowerment as Local Citizens and as Educators.
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.
10 - Acordo de Colaboração a celebrar com a Sopa dos Artistas - Associação Local de Artistas Plásticos, para a realização de dois eventos culturais.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
11 - Normas de Funcionamento da Feira Nacional de Turismo Desportivo e de Natureza - FEI-TUR 2017.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

12 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
13 - Ação Social Escolar - Novos pedidos, nova documentação e reanálises.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
14 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas - Abertura de Candidaturas/2017.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
2. - ORDEM DO DIA
2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE
1 - Assuntos para conhecimento.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Execução de obras de Infraestruturas do Loteamento Titular pelo Alvará de Loteamento nº 1/2011.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, concordar com a sua proposta base, nos termos propostos na carta entregue pelo Senhor José Francisco Luís Damásio em 16 de fevereiro de 2017, devendo a Câmara Municipal de Odemira proceder, aquando do registo dos lotes a seu favor, ao ressarcimento ao Senhor José Damásio da importância de 25.381,58€, valor este de diferencial devidamente justificado, entre a valorização dos lotes a registar a favor da Câmara Municipal de Odemira e o valor da operação de construção das infraestruturas a realizar pelo Município, nos termos deste acordo. Mais, deliberou, por unanimidade, a remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.
3 - Proposta n.º 5/2017 P - Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
4 - Proposta n.º 6/2017 P - Atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
5 - Proposta n.º 7/2017 P - Atribuição da Medalha de Honra Municipal a Cláudio José dos Santos Percheiro.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha de Honra Municipal proposta.
6 - Proposta n.º 8/2017 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a Nazário Duarte Viana.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito proposta.
7 - Proposta n.º 9/2017 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a Augusto Inácio Maria.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito proposta.
8 - Proposta n.º 10/2017 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a Fernando Silvestre Encarnação.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito proposta.
9 - Proposta n.º 11/2017 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a António Manuel Ledo.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito proposta.
10 - Proposta n.º 12/2015 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a Humberto Inácio Encarnação.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por escrutínio de voto secreto, com sete votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito proposta.
2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL
1 - Proposta n.º 3/2017 DSL - Proposta de atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de S. Luís para a adaptação de viatura para transporte de utentes com mobilidade condicionada.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Proposta n.º 1/2017 HG - Atribuição de Apoio Financeiro à UPI United Paws - Associação de Defesa do Ambiente.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Proposta n.º 3/2017 HG - Apoio à Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Longueira.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA
1 - Gestão dos Recursos Humanos em função dos Mapas de Pessoal - Abertura de Procedimentos Concursais.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 26/01/2017 e 08/02/2017.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Celebração/ renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
3 - Aquisição de serviço de design de comunicação, design editorial e edição de conteúdos para o Município de Odemira: Compromisso Plurianual.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
4 - 2.ª Modificação Orçamental - 2017: 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI).
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.
2.4. - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS
1 - Concurso Público para a Empreitada de Construção da EB1 de S. Teotónio - Relatório Final.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Concurso Público para a Empreitada de "CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS DE SÃO LUÍS": Aprovação das peças do procedimento e início do procedimento de contratação com as

>> deliberações

decisões de contratar, de autorização da despesa, de escolha de procedimento e de designação do Juri do procedimento.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.5. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades econômicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 28/01/2017 e 09/02/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.6. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1- Alteração de designação de topônimos na localidade do Brejão, sita na Freguesia de São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a intenção de indeferir a pretensão.

2 - Reserva de estacionamento para pessoas com deficiência na Rua do Pinhal, em Vila Nova de Milfontes, à viatura com a matrícula 41-DX-13.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Recolocação de passagem de peões na Rua Serpa Pinto, em Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Alteração da cedência de passagem no entroncamento da Rua António Mantas com a Rua Custódio Brás Pacheco, sitas em Vila Nova de Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.7. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1- Prémios de Atividade Desportiva - Clube Náutico Milfontes, Clube Náutico Litoral Alentejano, Clube Fluvial Odemirense e Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira: Prémios de desempenho.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio ao Arrendamento.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Acumulação de Bolsas de Estudo 2016/2017: Reduções e Retiradas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Atribuição de Subsídio à CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral para a realização da 35ª Volta ao Alentejo em Bicicleta.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

7 - Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Agência Nacional Erasmus + Juventude em Ação e Município de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

8 - Proposta de Normas de Funcionamento e Tabela de Preços a aplicar na FACECO 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

9 - Prémios de Atividade Desportiva - Época 2015/2016: Atribuição de subsídio ao Clube Desportivo de Caça e Pesca de S. Miguel.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

10 - Prémios de Atividade Desportiva - Época 2016/2017: Atribuição de subsídio ao Centro Desportivo e Cultural do Cavaleiro.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2 DE MARÇO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Pedido de isenção de taxas devidas pelo licenciamento da reconstrução do Zmar, solicitada pela requerente Multiparques, A Céu Aberto, S.A., na sequência do incêndio que destruiu parte dos equipamentos de apoio ao empreendimento.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, nos termos propostos, sendo concedido o benefício de redução em 50% nas taxas a aplicar no licenciamento da reconstrução do ZMAR, na sequência do incêndio ocorrido em 24/09/2016.

2.2. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Declarações no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.

2 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 09/02/2017 e 22/02/2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

3 - Exercício de Direito de Preferência na transmissão do imóvel sito na Rua da Amália, Lote n.º 20, no Loteamento Municipal de Brejão.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência sobre o imóvel.

4 - Exercício de Direito de Preferência na transmissão do imóvel sito na Rua Ary dos Santos, Lote 109, no Loteamento Municipal de São Luís.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência sobre o imóvel.

5 - Alteração do nome do arrendamento do imóvel sito em Rua Alexandre Herculano, n.º 10, em Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Concessão das bancas n.º 17 e 18 do Mercado Municipal de Odemira: Arrematação em Hasta Pública e licitação verbal.

Decorrida a Hasta Pública para a banca n.º 17 foi a mesma arrematada pela Senhora Idália Augusta Raposo por 9,00€ (nove) euros. Seguidamente, procedeu-se à Hasta Pública para a banca n.º 18, sendo igualmente arrematada pela Senhora Idália Augusta Raposo por 9,00€ (nove) euros.

2.3. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades econômicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 10/02/2017 e 23/02/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.4. - DIVISÃO DE AMBIENTE

1 - Controlo analítico da qualidade da água para consumo humano: Resultados do 4.º Trimestre de 2016.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Aplicação de sinalização vertical junto ao parque de viaturas da Junta de Freguesia de Relíquias.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Proposta de sinalização para as localidades de Pousadas Velhas em Vila Nova de Milfontes, Boavista dos Pinheiros e São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Estudo da Numeração de Polícia para os arruamentos que constituem o Bairro Municipal de Santa Clara-a-Velha.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Estudo da Numeração de Polícia para o arruamento denominado "Avenida da Praia", sito em Zambujeira do Mar, Freguesia de São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Odemira Acredita em Ti: Protocolo de Colaboração "Ativar a Juventude" a celebrar com o GAIA Alentejo - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Proposta de Normas de Participação para Concurso Nacional de Fotografia 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Protocolo de Colaboração para o Desenvolvimento da Escola Municipal de Atividades Aquáticas na Piscina Municipal de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção do eleito pela Coligação Democrática Unitária, o qual apresentou uma Declaração de Voto verbal.

4 - Ação Social Escolar - Novos Pedidos, Nova Documentação e Reanálises.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Concurso para atribuição de um fogo municipal em Regime de Arrendamento Apoiado, por Classificação.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 16 DE MARÇO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Moradia unifamiliar sita nos lotes 8 e 9 do Loteamento da Eira da Lagoa, em Colos - Rogério Maria Inácio.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

3 - Moção - Prospeção e Exploração de Petróleo na Costa Sudoeste de Alentejo e Algarve.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, promover a preparação de "Providência Cautelar" que exija o cumprimento da Lei e Diretivas Comunitárias em vigor, face à resposta do Governo de Portugal sobre o furo pretendido e licenciado ao Consórcio ENI/ GALP, designadamente pela obrigação de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e demais obrigações de salvaguarda dos direitos de informação e de participação pública.

4 - Proposta nº. 13/2017 P - Aquisição de Prédio na Rua do Algarve em S. Martinho das Amoreiras.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL

1 - Proposta n.º 4/2017 V-DSL - Proposta de atribuição de apoio financeiro à São Teotónio NÁ Drome - Associação das Tradições Locais, para a realização da 18.ª Edição do Festival de Mestros.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - OP 2014 - Proposta Vencedora "Rio Mira para Todos".

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA

1 - Balanço Social de 2016.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1-Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 23/02/2017 e 08/03/2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Celebração/Renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

3 - 3ª Modificação Orçamental - 2017: 2ª Alteração ao Orçamento da Despesa; 2ª Alteração ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

4 - Proposta de abertura de concurso por atribuição para os lotes n.ºs 12, 13 e 19 do Loteamento Municipal de Amoreiras-Gare.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos a abertura de Concurso por Atribuição dos lotes em causa, pelo valor de 20€/ m2.

2.4. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades econômicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 24/02/2017 e 09/03/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.5. - DIVISÃO DE AMBIENTE

1 - Protocolo de Colaboração a celebrar com a ACAL - Associação para a Ciência do Alentejo Litoral, no âmbito das Atividades de Educação Ambiental do Programa Bandeira Azul 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.6. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Estudo de numeração de polícia do arruamento denominado por "Rua Carlos Maia", sito em Colos.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.7. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Protocolo de Colaboração no âmbito da Verticalização das Ciências Experimentais.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.

2 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Retificação da Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Concurso para atribuição de um fogo municipal em Regime de Arrendamento Apoiado, por Classificação.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Adenda ao Protocolo de Colaboração para a Componente de Apoio à Família. No âmbito do programa de Expansão e Desenvolvimento do pré-Escolar: Revogação de Deliberação.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas do Concelho de Odemira de 2016.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o indeferimento da pretensão da AMO – Associação Multicultural de Odemira.

6 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

7 - Acumulação de Bolsas de Estudo 2016/2017: Reduções.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

8 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

9 - Protocolo de Colaboração referente ao Festival de Marchas Populares 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

10 - Acordo de Colaboração para a realização do Projeto Infância Ativa.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto para melhor apreciação.

11 - Protocolo de colaboração para a dinamização do desporto e atividade física no concelho de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 6 DE ABRIL DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Despacho n.º 1274/2017 P - Vereadores em Regime de Tempo Inteiro Mandato de 2013/2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL

1 - Proposta n.º 5/2017 V-DSL - Proposta de atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de Vila Nova de Milfontes, para a realização de dois Concertos em Vila Nova de Milfontes e Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Proposta n.º 6/2017 V-DSL - Proposta de criação de um Contrato Local de Desenvolvimento Social - "Odemira Social +", atribuição de apoio financeiro e de celebração de Protocolo de Parceria entre o Município de Odemira e a TAIPA, CRL – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, para a sua execução.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e o voto contra do eleito pela Coligação Democrática Unitária.

2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA

1 - Empreitada para "Construção da EB1 de São Teotónio": Aprovação de minuta de contrato.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Anulação do Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior – Eng.ª Civil (DIL).

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção do eleito pela Coligação Democrática Unitária.

3 - Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pes-

>> deliberações

soal - Abertura de Procedimento Concursal.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1 - Celebração/ renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 09/03/2017 e 29/03/2017.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
3 - Prestação de Contas 2016.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e o voto contra do eleito pela Coligação Democrática Unitária.
2.4. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL
1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 10/03/2017 e 29/03/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional no prédio rústico 83-AA sito em Malhão da Silveira, freguesia de São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Certidão de deliberação de reconhecimento de Interesse Público Municipal com vista à regularização da atividade pecuária ao abrigo do Regime Excecional de Regularização da Atividades Económicas, Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para reconhecimento do Interesse Público Municipal.
2.5. - DIVISÃO DE AMBIENTE
1 - Protocolo de Cooperação a celebrar com a empresa SOGILUB – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., para recolha de óleos lubrificantes usados.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.6. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA
1 - Alteração do estudo de numeração de polícia elaborado para o arruamento denominado "Rua Miramar", sito na Zambujeira do Mar, freguesia de São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Atribuição do topónimo "Passeio Quinta da Estrela" em Odemira, na freguesia de São Salvador e Santa Maria.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Estudo da numeração de polícia para o arruamento denominado por "Rua Liga dos Amigos", sito em São Luís.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
5 - Atribuição de lugar de cargas e descargas na Rua da Bemposta, sita em São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
6 - Estudo de numeração de polícia para o arruamento denominado por "Rua da Feira", sito em São Miguel, na freguesia de São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
7 - Atribuição de topónimo para o arruamento "Beco da Escola", sito em Relíquias.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
8 - Estudo de numeração de polícia para o arruamento denominado por "Avenida António Manuel Ribeiro", sito em Sabóia.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
9 - Atribuição de um lugar de cargas e descargas na Rua do Montinho, sita em Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
10 - Atribuição de um lugar de cargas e descargas na Travessa do Checo, sita em Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
11 - Proposta de sinalização para Vila Nova de Milfontes.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.7. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL
1 - Prémio Espírito Empreendedor: Prorrogação do prazo de candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos propostos o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.
2 - Ação Social Escolar - Novos Pedidos, Nova Documentação.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Minutas de Protocolo a celebrar com os parceiros que integram o Projeto Growing Together: Retificação.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
4 - Relatório Intercalar de Diagnóstico Comercial, Proposta de Organização Comercial e Programa Base do Projeto de Revitalização do Mercado Municipal de Odemira.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
5 - Atribuição de subsídio à ADA - Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras-Gare.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
6 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
7 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
8 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
9 - Protocolo de Colaboração a celebrar com a União Velocipédica Portuguesa/ Federação Portuguesa de Ciclismo.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
10 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Odemira e a ASSESTA - Associação de Escritores do Alentejo.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
11 - Acordo de Colaboração a celebrar com o Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira para a realização de três eventos desportivos.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
12 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas/2017: Lista Provisória.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
13 - Protocolo de Colaboração com a Associação de Paralisia Cerebral de Odemira - Escola Inclusiva.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
14 - Análise de Candidaturas apresentadas ao Programa Sinergias Sociais 2017.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 19 DE ABRIL DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
2. - ORDEM DO DIA
2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE
1 - Assuntos para conhecimento. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Revisão do Plano Diretor Municipal de Odemira.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos a nomeação do Senhor Presidente como representante da Câmara Municipal para integrar a Comissão Consultiva e o Senhor Vereador Pedro Ramos como substituto. 3 - Proposta n.º 14/2017 P - Prospeção e Exploração de Petróleo na Costa Sudoeste de Alentejo e Algarve - Providência Cautelar. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para conhecimento e eventual apreciação.
4 - Proposta n.º 15/2017 P - Projeto Turístico de Vila Formosa - Declaração de Relevante Interesse Municipal. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. 5 - Proposta n.º 16/2017 P - Projeto de Regulamento de Estatuto do Provedor Municipal de Odemira. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. 6 - Proposta n.º 17/2017 P - Criação do Centro de Competências dos pequenos frutos no Loteamento Industrial - Zona Sul em Boavista dos Pinheiros. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto para melhor apreciação. 7 - Proposta n.º 18/2017 P - Acordo de Execução - Orçamento Participativo 2014.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
8 - Proposta n.º 19/2017 P - Contrato Inter Administrativo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de S. Teotónio. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. 9 - Grupo Coral de Odemira - Aquisição de fardamento. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL
1 - Atribuição de um apoio financeiro ao Centro Cultural e Recreativo de Fornalhas Velhas.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA
1 - Recurso a Reservas de Recrutamento - 1 Técnico Superior (DLGT), 3 Assistentes Operacionais (DGI) e 3 Assistentes Operacionais (DDSC).
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1- 4ª Modificação Orçamental - 2017: 3ª Alteração ao Orçamento da Despesa; 3ª Alteração ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 3ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI). A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. 2 - Celebração/ renovação de contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. 3 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 30/03/2017 e 11/04/2017. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento. 4 - 5ª Modificação Orçamental - 2017: 2ª Revisão ao Orçamento da Receita; 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.
2.4. - DIV. LICENCIA. E GESTÃO TERRITORIAL
1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 30/03/2017 e 12/04/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA
1 - Atribuição de estacionamento reservado para pessoas com deficiência na Avenida Teófilo da Trindade, em Odemira. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.6. - DIVISÃO DE DESENV. SÓCIO-CULTURAL
1 - Acordo de Colaboração para a realização do projeto Infância Ativa. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto para melhor detalhe das ações propostas.
2 - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis: Pagamento de Quota Anual. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Protocolo de Colaboração para a realização da Taça Concelhia

de BTT - Odemira 2017 e eventos desportivos de promoção do BTT no concelho de Odemira. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4 DE MAIO DE 2017

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
2 - ORDEM DO DIA
2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL
2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE
1 - Publicação no Diário da República do aviso de prospeção e pesquisa requerido pela empresa Ozdogu Portugal Mining and Exploration Lda. - Proc.º MN/PPP/0440 "Ourique 2". Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a tomada de conhecimento de que área proposta interseta o Concelho de Odemira em menos de um por cento da área total a prospetar, nada tendo a opor, desde que sejam previamente efetuadas as devidas avaliações sociais, ambientais e económicas da intervenção.
2 - Publicação no Diário da República do aviso de prospeção e pesquisa requerido pela empresa Ozdogu Portugal Mining and Exploration Lda. - Proc.º MN/ppp/0441n "Cercal 1". Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, exercer o direito de reclamação com base no conhecimento da extensão área proposta para a intervenção, designadamente ao longo de todo o rio Mira, zona costeira em Parque Natural e Rede Natura 2000 no Concelho de Odemira, fundamentada nas razões que se anexam, emitindo parecer desfavorável à pretensão.
3 - Assuntos para conhecimento.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
4 - Proposta nº 20/2017 P - Abertura de Concurso de Alienação de Lotes, destinados a Acolhimento e Apoio Logístico de Iniciativas Estratégicas - Produção de Pequenos Frutos, no Loteamento Industrial - Zona Sul em Boavista dos Pinheiros. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL
1 - Proposta n.º 7/2017 DSL - Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e de Desenvolvimento Económico e Social do Brejão, para a reparação dos equipamentos de Som e Imagem. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.1.3. - SERV. MUNIC. DE PROTEÇÃO CIVIL
1 - Parecer para o Plano de Gestão Florestal da Herdade de Vale Estacas de Baixo e da Herdade de Vale Estacas de Cima, sitas na Freguesia de Relíquias. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.2. - DIV. DE REC. HUMANOS E JURÍDICA
1 - Recurso a Reserva de Recrutamento - 1 Assistente Operacional (DIL - Cemitério). Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA
1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 12/04/2017 e 26/04/2017.
A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2 - Celebração/renovação de contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.4. - DIV. DE LICENC. E GESTÃO TERRITORIAL
1 - Projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços no Município de Odemira. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 13/04/2017 e 26/04/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013. A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.
2.5. - DIV. DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA
1 - Alteração de designação de topónimos na localidade do Brejão, sita na Freguesia de São Teotónio: Indeferimento.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o indeferimento da pretensão.
2 - Implementação de medidas de acalmia de tráfego no CM 1190 - Atravessamento Urbano de Pereiras-Gare. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Estudo da numeração de polícia para os arruamentos do Loteamento Municipal do Brejão, sito na freguesia de São Teotónio.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2.6. - DIV. DE DESEN. SÓCIO-CULTURAL
1 - Acumulação de Bolsas de Estudo 2016/2017: Redução. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
2 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
3 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
4 - Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Sopa de Artistas para a realização do VI Simpósio de Escultura. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
5 - Proposta de Atribuição de Subsídio à Sociedade Recreativa e Musical Sanluizense.
Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
6 - Proposta de Protocolo de Colaboração com a Associação Arco do Tempo para a concretização de projeto no âmbito da Educação Emocional. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
7 - Análise das Candidaturas ao Concurso para Atribuição de Um Fogo Municipal em Regime de Arrendamento Apoiado, por Classificação. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.
8 - Acordo de Parceria no âmbito do Projeto "Odemira Integra" - Plano Municipal para a integração dos Imigrantes. Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE MAIO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Adenda ao Protocolo de Colaboração para a criação dos sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - MARSW.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.2. - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA

1 - Retificação à Minuta de Contrato de Empreitada para "Construção da EB1 de S. Teotónio".

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Estágio Profissional em Engenharia Eletrotécnica para ingresso na Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET).

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Protocolo de Cooperação a celebrar entre a EPO – Centro Escolar e Empresarial do Sudoeste Alentejano, S.A. e o Município de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.3. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Aquisição de serviço de consultadoria jurídica na modalidade de contrato de avença - Renovação de Contrato: Compromisso Plurianual.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual.

2 - Aquisição de serviço de consultoria jurídica no domínio do planeamento, ordenamento do território e urbanismo, na modalidade de contrato de avença - Renovação de Contrato: Compromisso Plurianual.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual.

3 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 27/04/2017 e 10/05/2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

4 - Celebração/renovação de Contratos de Aquisição de Serviços, Tarefa ou Avença.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

5 - Loteamento da Quinta da Charneca do Deserto - Boavista dos Pinheiros - Manuel Maria Marques.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.4. - DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

1 - Plano de Pormenor do Parque Urbano de S. Luís: Apreciação da proposta de Plano; Solicitação da conferência de serviços prevista no RJGT à CCDR Alentejo.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.5. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1-Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 27/04/2017 e 11/05/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.6. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Estudo da numeração de polícia para os arruamentos denominados por "Rua Bica da Areia" e "Travessa Bica da Areia", sitos em Vila Nova de Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.7. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Retificação do Protocolo de Colaboração referente ao Festival de Marchas Populares 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Protocolo de Colaboração de desenvolvimento da canoagem no concelho de Odemira para o ano de 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

4 - Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural e o Município de Odemira, para atualização de inventário de património.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

5 - Programa Sinergias Sociais 2017: Aprovação definitiva.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

6 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Benefícios Fiscais.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a intenção de indeferir a pretensão.

7 - Ação Social Escolar - Novos Pedidos, Nova Documentação e Reanálises.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

8 - Acordo de Colaboração para a realização do Projeto Infância Ativa.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram uma Declaração de Voto verbal.

9 - Atribuição de Cartão Social Municipal - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

10 - Atribuição de Apoio ao Arrendamento - Avaliação de Candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

11 - Protocolo de Colaboração para a realização das fases finais

nacionais em andebol.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

12 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas/2017: Análise de Candidatura.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a intenção de indeferir a pretensão.

13 - Protocolo de Colaboração para organização do evento Desportivo Multidisciplinar "Brisas do Atlântico 2017".

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

14 - Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira a ACL - Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Limousine, a CAPRIMIRA - Associação de Criadores de Caprinos de Raça Charnqueira e a EABL - Associação para o Desenvolvimento da Estação de Apoio à Bovinicultura, no âmbito da FACECO 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

15 - Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas/2017: Apreciação de reclamações e aprovação de Lista Definitiva.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1 DE JUNHO DE 2017

1. - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. - ORDEM DO DIA

2.1. - CÂMARA MUNICIPAL - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

2.1.1. - GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE

1 - Assuntos para conhecimento.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.1.2. - GABINETE DE APOIO AO ELEITO LOCAL

1 - Proposta n.º 2/2017 V-RC - Contrato de Comodato de Imóvel entre o Município de Odemira e a CACO - Associação de Artesãos do Concelho de Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.2. - DIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

1 - Relação de Ordens de Pagamento efetuadas no período de 11/05/2017 e 24/05/2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2 - Aquisição de serviço de Consultadoria Ambiental na modalidade de avença para o Serviço Municipal de Proteção Civil (SPMC).

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual.

3 - Alienação de pneus armazenados na Quinta da Lobata.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a alienação em Hasta Pública a realizar na reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 20 de julho de 2017, às 15:30 horas.

2.3. - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

1 - Relação dos processos de licenciamento/comunicação de obras e loteamentos particulares e licenciamento de atividades económicas, levados a despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal no período compreendido entre 12/05/2017 e 25/05/2017, nos termos da proposta n.º 5-A/2013P, referente a delegação de competências aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29/10/2013, e do senhor Vereador com competências delegadas, nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências nº 403-A/2013P, datado de 07/11/2013.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.4. - DIVISÃO DE AMBIENTE

1 - Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano - Resultados do 1.º Trimestre 2017.

A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento.

2.5. - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

1 - Colocação de sinalização de estacionamento proibido na Rua do Calvário, sita em São Teotónio.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Estudo de Numeração de Polícia para o arruamento denominado por "Rua António Simões Fortunato dos Santos", sito em Odemira.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Estudo de Numeração de Polícia para o arruamento denominado por "Rua da Praça", sito em Vila Nova de Milfontes.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2.6. - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

1 - Protocolo de Parceria entre o Município de Odemira e a Associação de Atletismo de Beja.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

2 - Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego «Odemira Empreende» - Aprovação de candidaturas.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

3 - Análise das candidaturas ao Concurso para atribuição de um fogo municipal em regime de arrendamento apoiado, por classificação.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE COM AUTORIZAÇÃO PARA SUBDELEGAR CERTIDÃO

JOSÉ ALBERTO CANDEIAS GUERREIRO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA:

CERTIFICA, para os devidos efeitos, que a "Proposta n.º 5/2017 P - Delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente com autorização para subdelegar", cujo assunto abaixo se transcreve, foi aprovada por unanimidade na primeira reunião da Câmara Municipal, do mandato dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, realizada no dia vinte de outubro de dois mil e dezassete:

"8 - ASSUNTO N.º 0573-2017 - PROPOSTA N.º 5/2017 P - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE COM AUTORIZAÇÃO PARA SUBDELEGAR

Foi presente a Proposta nº 5-A/2017 P, datada de 18/10/2017, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:

"Proposta n.º 5-A/2017 P - Delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente com autorização para subdelegar

No dia 18 de outubro de 2017, foi instalada a Câmara Municipal de

Odemira com a configuração resultante das eleições autárquicas de 1 de outubro.

A Câmara Municipal, enquanto órgão executivo colegial do Município, dispõe de inúmeras competências, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como em diversos outros diplomas, algumas das quais são delegáveis.

A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficácia à gestão municipal, permitindo reservar para a reunião do Órgão Executivo as medidas de fundo e os atos de gestão municipal com maior relevância para o Concelho, e para os seus municípios.

Assim, e considerando:

A possibilidade jurídica do órgão executivo do Município delegar no respetivo Presidente um conjunto de competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal e célere funcionamento dos serviços administrativos;

Que se integram neste âmbito, um conjunto de matérias suscetíveis de delegação, designadamente as que se relacionam com a organização, funcionamento dos serviços municipais e de gestão corrente da autarquia

Que assumem particular importância, pela estrita conexão com as legítimas expectativas dos municípios, as relativas, designadamente ao planeamento, desenvolvimento urbanístico e licenciamento de obras de edificação;

Considerando ainda, que devem ser apreciadas pela Câmara Municipal todas as questões estruturantes do Concelho e as mais sensíveis para a opinião pública, para além daquelas competências que, nos termos da Lei, são insuscetíveis de delegação, tenho a honra de propor que a Exm.ª Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação que a seguir se elenca, delibere delegar no Senhor Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos Senhores Vereadores e/ou Dirigentes das respetivas unidades orgânicas, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais, do planeamento, desenvolvimento, poder consultivo, e de apoio a atividades de interesse municipal e em matéria de licenciamento e fiscalização;

1. As previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

Alínea d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;

Alínea f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;

Alínea g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a retribuição mínima mensal garantida (RMMG);

Alínea h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

Alínea l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

Alínea r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

Alínea t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

Alínea v) Participar na prestação de serviços e prestar o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

Alínea w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

Alínea x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;

Alínea y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

Alínea bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;

Alínea cc) Alienar bens móveis;

Alínea dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

Alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

Alínea ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

Alínea gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

Alínea ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;

Alínea ij) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

Alínea kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantêm desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

Alínea ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

Alínea mm) Designar os representantes do Município nos conselhos locais;

Alínea nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

Alínea qq) Administrar o domínio público municipal;

Alínea uu) Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

Alínea ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;

Alínea yy) Dar cumprimento ao estatuto do direito de oposição;

Alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

Alínea bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado.

2. As previstas no artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

Alínea b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da

>> deliberações

assembleia municipal:
Alínea c) Proceder à marcação e justificação de faltas dos seus membros.
B - No âmbito da contratação pública e matéria fiscal:
1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 748.196,00€ (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros) no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a outorga do contrato prevista no artigo 106.º, do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;
3. Nas situações em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, exercer todas as competências cometidas nesse diploma ao dono da obra, sem prejuízo do limite estabelecido no n.º 1 deste ponto;
4. Nos casos em que seja aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto;
5. Cobrar coercivamente dívidas para com a autarquia, nos termos da alínea c) do artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais);
6. Exercer as competências previstas nas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 10.º do Código de Procedimento e do Processo tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação.
C – Em matéria urbanística e conexas:
1. As previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, com as últimas atualizações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, designadamente:
1.1. Emissão de licenças administrativas, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, conjugado com os nºs 1 e 4 do artigo 5.º, previstas nas seguintes alíneas:
a) As operações de loteamento;
b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos
f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
1.2. Certificar a verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de Registo predial, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 6.º;
1.3. Aprovação de informação prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º e regulada nos artigos nºs 14.º ao 17.º.
1.4. Decidir sobre o projeto de arquitetura e sobre a caducidade deste, nos termos da competência prevista nos nºs 3 e 6 do artigo 20.º;
1.5. Decidir sobre o pedido de licenciamento, aprovação de licença parcial e emissão de alvará, nos termos das competências previstas nos nºs 1, 6 e 7 do artigo 23.º;
1.6. Indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos das competências previstas no artigo 24.º;
1.7. Celebrar contratos relativos ao cumprimento de obrigações assumidas, nos termos da competência prevista no n.º 3 do artigo 25.º;
1.8. Aprovação das alterações à licença, promoção da atualização dos documentos, comunicação à Conservatória do Registo Predial para efeitos de averbamento e aprovação simples de alteração à licença de loteamento, nos termos previstos nos nºs 1, 6, 7 e 8 do artigo 27.º;
1.9. Proceder às notificações, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 14.º e no n.º 3 do artigo 65.º;
1.10. Definir as parcelas a afetar ao domínio público ou privado do Município, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 44.º;
1.11. Celebrar acordos de cooperação ou de contratos de concessão do domínio municipal, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 46.º;
1.1. Alterações à operação de loteamento objeto de comunicação previa, nos termos previstos no artigo 48.º-A ;
1.13. Emitir as certidões, nos termos previstos nos nºs 2 e 3 do artigo 49.º;
1.14. Estabelecer as condições e prazo de execução das obras de urbanização e, respetivas prorrogações, bem como alteração às condições da licença ou comunicação prévia, nos termos das competências previstas nos nºs 1, 3, 5 e 7 do artigo 53.º;
1.15. Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos nos nºs 4, 5 e 6 do artigo 54.º, bem como proceder à sua correção nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;
1.16. Celebrar contratos de urbanização, nos termos da competência prevista no artigo 55.º;
1.17. Decisão sobre o pedido de execução por fases, nos termos previstos no artigo 56.º;
1.18. Fixar as condições e prazo de execução de obras, nos termos dos artigos 57.º e 58.º;
1.19. Fixar prazo, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, para a execução faseada de obra, e promover aditamentos ao alvará por cada uma das fases, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 59.º;
1.20. Designar a comissão de realização de vistoria para licença de utilização e notificação, nos termos previstos no nº 2 do artigo 65.º;
1.21. Proceder à certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal, prevista no n.º 3 do artigo 66.º;
1.22. Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;
1.23. Decidir sobre processos cuja renovação haja sido requerida, nos termos previstos no artigo 72.º;
1.24. Revogar a licença ou a admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do

artigo 73.º;
1.25. Publicitar a emissão alvará de licença ou de autorização administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º;
1.26. Proceder à apreensão de alvarás cassados, nos termos do n.º 4 do artigo 79.º;
1.27. Promover a execução de obras, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 84.º;
1.28. Acionar as cauções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 84.º;
1.29. Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 84.º;
1.30. Emitir, officiosamente, alvará, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 84.º e n.º 9 do artigo 85.º;
1.31. Fixar prazo para a prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infraestruturas públicas, nos termos previstos no artigo 86.º;
1.32. Proceder à receção provisória e definitiva das obras de urbanização, incluindo a homologação do respetivo auto de vistoria, nos termos previstos no artigo 87.º;
1.33. Conceder licença especial e reconhecimento do interesse de conclusão de obra, para emissão daquela licença, nos termos previstos no artigo 88.º;
1.34. Determinar a execução de obras de conservação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 89.º e artigo 90.º;
1.35. Ordenar a demolição total ou parcial de construções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 89.º e artigo 90.º;
1.36. Nomear técnicos para efeitos de vistoria, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 90.º;
1.37. Tomar posse administrativa de imóveis para efeitos de obras coercivas, nos termos previstos no artigo 91.º;
1.38. Contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 94.º;
1.39. Promover a realização de trabalhos de correção ou alteração em obras de urbanização ou outras obras consideradas indispensáveis em certas condições, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 105.º;
1.40. Aceitar a extinção da dívida por dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da Lei, conforme prevê o n.º 2 do artigo 108.º;
1.41. Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110.º;
1.42. Decidir sobre o pagamento fraccionado de taxas, nos termos previstos nos nºs 2 e 5 do artigo 117.º, conjugado com os nºs 2 a 4 do Artigo 116.º, a promoção do direito de reaver as contrapartidas indevidamente prestadas pelo titular de licença ou autorização para a realização de operação urbanística, nos termos do nº 4 do Artigo 117º e disponibilização aos interessados dos regulamentos e demais elementos necessários à efetivação de autoliquidações;
1.43. Nomear nos termos do n.º 2 do artigo 118.º, o representante da Câmara Municipal na comissão arbitral, para a resolução de conflitos emergentes da aplicação dos regulamentos municipais a que se refere o artigo 3.º;
1.44. Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no artigo 120.º;
1.45. Enviar mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126.º.
2. As previstas no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho, designadamente:
2.1. Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º;
2.2. Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º;
2.3. Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º;
2.4. Contratualizar com Turismo de Portugal, I.P. o acompanhamento do procedimento de instalação dos empreendimentos turísticos, nos termos do n.º 5 do artigo 23.º;
2.5. Cassar e apreender o alvará de utilização para fins turísticos, nos termos do artigo 33.º;
2.6. Realizar a auditoria de classificação prevista no artigo 36.º;
2.7. Dispensar requisitos exigidos para a fixação de classificação no âmbito do respetivo procedimento administrativo, nos termos do artigo 39.º;
2.8. Exercer a competência sancionatória prevista no artigo 70.º;
3. As competências cometidas à Câmara Municipal pelo regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, vulgar «Licenciamento Zero», alterado Pelos Decretos-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho e n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
4. As competências cometidas à Câmara Municipal pelo regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto.
5. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.
6. Exercer a atividade fiscalizadora atribuída por Lei aos municípios em matéria de segurança contra risco de incêndio, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro.
7. Relativamente ao licenciamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos, exercer as seguintes competências cometidas à Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado pelos Decreto-Lei n.ºs 141/2009, de 16 de junho, 268/2009, de 29 de setembro, 48/2011, de 1 de abril e 204/2012, de 29 de agosto:
7.1. Designar os técnicos para a realização da vistoria, bem como convocar as entidades externas à Câmara, nos termos do artigo 11.º;
7.2. Averbar elementos ao alvará de licença de utilização, nos termos do nº 2, do artigo 13.º;
7.3. Determinar o embargo em caso de desrespeito das condições técnicas de segurança, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei nº 315/95, de 28 de Novembro;
7.4. Determinar a instrução de processos de contra ordenação e a aplicação de sanções, nos termos do artigo 23º.
8. Exercer as competências cometidas à Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, designadamente fixar a capacidade máxima de utilização e acolhimento de eventual publico nas instalações desportivas, nos termos do artigo 13.º, bem como efetuar e manter atualizado o registo de instalações desportivas disponíveis no Concelho.

9. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação republicada pela Lei n.º 43/2017, de 14 de junho (regime jurídico das obras em prédios arrendados), bem como pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto (que aprova a definição do conceito fiscal prédios devolutos).
10. Exercer as competências cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio;
11. Decidir pela execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral da Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, na sua atual redação.
12. Decidir em matéria de Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, com base nos artigos 1.º, 3.º, 9.º, 19.º a 26.º, 28.º, 29.º, 31.º, 35.º e 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 165/99, de 14 de setembro, 64/2003, de 23 de agosto, 10/2008, de 20 de fevereiro, 79/2013, de 26 de novembro e 70/2015, de 16 de julho, sendo republicado por esta última.
D- Em matéria de licenciamento de atividades:
1. Decidir sobre o licenciamento de estabelecimento de pedreiras, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro;
2. Decidir sobre o licenciamento das áreas de serviço instaladas na rede viária municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro;
3. Decidir sobre o licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo e das instalações de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e local, bem como sobre a emissão das respetivas licenças de exploração, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro;
4. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho;
5. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril;
6. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho;
7. Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal;
8. Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;
9. Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e n.º 51/2015, de 13 de abril e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
9.1. Exercer as competências previstas no artigo 4.º relativas à criação e extinção do serviço de guarda-noturno e à fixação e modificação das áreas de atuação de cada guarda;
9.2. Decidir os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática de campismo e caravanismo, nos termos do artigo 18.º;
9.3. Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º;
9.4. Decidir os pedidos de licenciamento de venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, nos termos do artigo 35.º;
9.5. Licenciar fogueiras por ocasiões específicas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º,
9.6. Notificar o responsável, para cumprir o disposto no Capítulo XI do presente diploma, fixando o prazo máximo de vinte e quatro horas para a conclusão dos trabalhos de cobertura e resguardo, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º;
9.7. Instaurar processos de contraordenação, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º;
9.8. Revogar licenças concedidas nos termos do presente diploma, a qualquer momento, com fundamento na infração das regras estabelecidas para a respetiva atividade e na inaptidão dos seus titulares para o respetivo exercício, nos termos do previsto no artigo 51.º;
9.9. Exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º;
10. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio.
E – Em matérias diversas não compreendidas nos pontos anteriores:
1. Decidir no âmbito dos processos de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, parcialmente revogado pela Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.
2. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio Serviços e Restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
3. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, na sua atual redação republicada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.
4. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro, na sua atual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho.
5. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pela Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que aprovou a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de

>> deliberações

constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

6. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelos Decretos-Lei n.ºs 313/2003 (alterado pela Lei n.º 49/2007, de 31 de agosto), 314/2003, 315/2003, todos de 17 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (canídeos e gatídeos).

7. Em matéria de acessibilidades, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e n.º 125/2017, de 4 de outubro, designadamente a definição do regime de exceção a que diz respeito o artigo 10.º.

8. Exercer as competências fiscalizadoras em matéria de gestão de resíduos previstas no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, alterado pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro e n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pelos Decretos-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, n.º 73/2011, de 17 de junho, n.º 75/2015, de 11 de maio e n.º 71/2016, de 4 de novembro.

9. Instruir e decidir todos os processos de contraordenação, aplicando as respetivas coimas nos termos da Lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

10. Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

11. Autorizar a realização de obras ou reparações por administração direta, designadamente as previstas na alínea b) do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alterado pelos Decretos-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, n.º 1/2005, de 4 de janeiro e n.º 43/2005, de 22 de fevereiro, até ao limite de 149.639,40€.

Publicite-se nos termos da Lei.

Paços do Concelho de Odemira, 18 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,

a) José Alberto Guerreiro, Eng.º.

Propõe-se a aprovação nos termos propostos.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”

Por ser verdade e me ter sido requerida, mandei passar a presente Certidão, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.

GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA, ao décimo quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete.

ADITAMENTO À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE COM AUTORIZAÇÃO PARA SUBDELEGAR

CERTIDÃO

JOSÉ ALBERTO CANDEIAS GUERREIRO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA:

CERTIFICA, para os devidos efeitos, que a "Proposta n.º 14-A/2017 P – Aditamento à delegação de competências da Câmara Municipal, no seu Presidente com autorização para subdelegar", cujo assunto abaixo se transcreve, foi aprovada por unanimidade na reunião ordinária da Câmara Municipal, do mandato dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, realizada no dia dezasseis de novembro de dois mil e dezassete:

"31 - ASSUNTO N.º 0672-2017 - PROPOSTA N.º 14-A/2017 P - ADITAMENTO À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE COM AUTORIZAÇÃO PARA SUBDELEGAR

Foi presente a Proposta nº 14-A/2017 P, datada de 10/11/2017, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:

"Proposta n.º 14-A/2017 P - Aditamento à delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente com autorização para subdelegar

Considerando que:

·No dia 18 de outubro de 2017, foi instalada a Câmara Municipal de Odemira com a configuração resultante das eleições autárquicas de 1 de outubro.

·Na reunião ordinária do dia 20 de outubro a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, delegar uma série de competências, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como em diversos outros diplomas, com faculdade de subdelegação nos Senhores Vereadores e/ou Dirigentes das respetivas unidades orgânicas;

·A complexidade técnica e a dispersão legislativa de atribuição de competências na Câmara Municipal tornam a compilação das mesmas de difícil execução;

Considerando ainda que:

·Se detetou que não consta da delegação de competências da Câmara Municipal no seu presidente a faculdade de emitir parecer ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearboreção com recurso a espécies florestais;

·O prazo para a emissão do parecer em apreço, para posterior envio ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas é de 15 dias, findo o qual o procedimento é decidido na falta de pronúncia ou da emissão de parecer;

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Exm.ª Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, em aditamento à deliberação de 20 de outubro de 2017, delibere delegar no Senhor Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos Senhores Vereadores e/ou Dirigentes das respetivas unidades orgânicas, a competência para a emissão dos referidos pareceres florestais."

DESPACHO N.º 136-A/2017 P

Delegação e subdelegação de competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal no Senhor Vereador Ricardo Cardoso

Considerando:

·Que a delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

· Que as inúmeras competências atribuídas ao Presidente da Câmara não possibilitam, por vezes, no tempo e com a profundidade necessária a análise de todos os assuntos;

· A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar e subdelegar um conjunto de competências que, pela sua natureza,

são indispensáveis ao normal e célere funcionamento dos serviços;" Que se integram neste âmbito, um conjunto de matérias suscetíveis de delegação, designadamente as que se relacionam com a organização, funcionamento e gestão corrente dos pelouros/ funções atribuídas ao Senhor Vereador; Considerando ainda, as minhas competências próprias e as que me foram delegadas pela Câmara Municipal, na primeira reunião do mandato, realizada em 20 de outubro do corrente ano, delego e subdeleigo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Senhor Vereador Ricardo Cardoso, as competências a seguir indicadas, a quem distribuí funções nas áreas de:

· Atendimento ao Municípe

· Inovação, Modernização e Qualidade (Planeamento, Gestão, Controlo e Avaliação de novos modelos de funcionamento dos serviços e sua relação com o Cidadão)

· Sistemas Informáticos e de Telecomunicações

· Infraestruturas e Logística (Espaços Públicos e Jardins, Rede Viária, Trânsito, Sinalização e Toponímia, Cemitérios, Transportes, Máquinas e Oficinas)

· Energia (Incluindo a Eficiência Energética e Renováveis)

· Serviços urbanos (Higiene e Limpeza)

· Gestão de Estaleiro Municipal

· Obras por Administração Direta

· Comunicação e Imagem, conjuntamente com o Presidente

· Desenvolvimento Económico, conjuntamente com o Presidente

· Proteção Civil e Segurança, conjuntamente com o Presidente

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais, do planeamento, desenvolvimento, poder consultivo, e de apoio a actividades de interesse municipal e em matéria de licenciamento e fiscalização:

1. As previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea d) Executar as opções do plano e orçamento;

·Alínea f) Aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe calba;

·Alínea l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

·Alínea r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

·Alínea x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;

·Alínea bb) Executar as obras por administração direta;

·Alínea dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

·Alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

·Alínea ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

·Alínea kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantêm desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

·Alínea ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

·Alínea nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

·Alínea qq) Administrar o domínio público municipal;

·Alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

·Alínea bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado.

2. As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Representar o município em juízo e fora dele;

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;

·Alínea f) Aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe calba;

·Alínea g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 49.879,79€;

·Alínea h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas;

·Alínea l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;

·Alínea r) Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal;

3. As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, na sua esfera de competências;

·Alínea c) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal;

·Alínea e) Promover a execução de obras por administração direta, bem como proceder à aquisição de bens e serviços;

·Alínea f) Outorgar contratos em representação do município;

·Alínea g) Intentar ações judiciais e defender-se nelas, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

·Alínea h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

·Alínea o) Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da câmara municipal e dos serviços do município, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;

·Alínea p) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas.

4. As previstas no artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da contratação pública e matéria fiscal:

1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49.879,79€ (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) no âmbito da celebração de contratos públicos,

ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a outorga do contrato prevista no artigo 106.º do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;

3. Nos casos em que seja aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto.

C – Em matéria de licenciamento de atividades:

1. Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e n.º 51/2015, de 13 de abril e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

1.1. Exercer as competências previstas no artigo 4.º relativas à criação e extinção do serviço de guarda-nocturno e à fixação e modificação das áreas de actuação de cada guarda;

1.2. Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º;

1.3. Licenciar fogueiras por ocasiões específicas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º;

1.4. Instaurar processos de contra-ordenação, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º;

1.5. Revogar licenças concedidas nos termos do presente diploma, a qualquer momento, com fundamento na infração das regras estabelecidas para a respectiva actividade e na inaptidão dos seus titulares para o respectivo exercício, nos termos do previsto no artigo 51.º;

1.6. Exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º;

D – Em matérias diversas não compreendidas nos pontos anteriores:

1. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio Serviços e Restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

2. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, na sua actual redação republicada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

3. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho.

4. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pela Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que aprovou a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

5. Em matéria de acessibilidades, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e n.º 125/2017, de 4 de outubro, designadamente a definição do regime de excepção a que diz respeito o artigo 10.º.

6. Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

7. Autorizar a realização de obras ou reparações por administração direta, designadamente as previstas na alínea b) do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alterado pelos Decretos-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, n.º 1/2005, de 4 de janeiro e n.º 43/2005, de 22 de fevereiro, até ao limite de 149.639,40€.

Determino ainda a ratificação de todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação e subdelegação de competências.

DESPACHO N.º 137-A/2017 P

Delegação e subdelegação de competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal na Senhora Vereadora Deolinda Seno Luís

Considerando:

· Que a delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

· Que as inúmeras competências atribuídas ao Presidente da Câmara não possibilitam, por vezes, no tempo e com a profundidade necessária a análise de todos os assuntos;

· A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar e subdelegar um conjunto de competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal e célere funcionamento dos serviços;

· Que se integram neste âmbito, um conjunto de matérias suscetíveis de delegação, designadamente as que se relacionam com a organização, funcionamento e gestão corrente dos pelouros/ funções atribuídas à Senhora Vereadora;

Considerando ainda, as minhas competências próprias e as que me foram delegadas pela Câmara Municipal, na primeira reunião do mandato, realizada em 20 de outubro do corrente ano, delego e subdeleigo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Senhora Vereadora Deolinda Seno Luís, as competências a seguir indicadas, a quem distribuí funções nas áreas de:

·Finanças (Contabilidade e Tesouraria)

·Contencioso, Assessoria Jurídica e Notariado

·Gestão Patrimonial (Administração de bens próprios e sob jurisdição)

·Gestão do Arquivo Municipal

·Intervenção Social (Envelhecimento, Interculturalidade, Igualdade de Género, Proteção à Infância, Habitação Social e outros Programas de Apoio Municipal)

·Saúde (Programas de Apoio e Promoção de Estilos de Vida Saudáveis)

·Cultura (Incluindo a Gestão de Equipamentos Culturais)

·Associativismo Sociocultural

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais, do planeamento, desenvolvimento,

>> deliberações

poder consultivo, e de apoio a actividades de interesse municipal e em matéria de licenciamento e fiscalização:

1. As previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea d) Executar as opções do plano e orçamento;
- Alínea f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Alínea g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a retribuição mínima mensal garantida (RMMG);
- Alínea h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- Alínea l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

- Alínea r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- Alínea t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- Alínea v) Participar na prestação de serviços e prestar o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

- Alínea cc) Alienar bens móveis;
- Alínea dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- Alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- Alínea ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

- Alínea ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- Alínea mm) Designar os representantes do Município nos conselhos locais;
- Alínea nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

- Alínea qq) Administrar o domínio público municipal;
- Alínea ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- Alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- Alínea bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado.

2. As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea a) Representar o município em juízo e fora dele;
- Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade;
- Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;
- Alínea f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Alínea g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 49.879,79€;

- Alínea h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas;
- Alínea l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;
- Alínea r) Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal;

3. As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, na sua esfera de competências;
- Alínea c) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal;
- Alínea e) Proceder à aquisição de bens e serviços;
- Alínea f) Outorgar contratos em representação do município;
- Alínea g) Intentar ações judiciais e defender-se nelas, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

- Alínea h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;
- Alínea i) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, bem como a registos de qualquer outra natureza;
- Alínea n) Determinar a instrução de processos de contraordenação e aplicar coimas, nos termos da lei;

- Alínea o) Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da câmara municipal e dos serviços do município, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;

4. As previstas no artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da contratação pública e matéria fiscal:

1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49.879,79€ (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a outorga do contrato prevista no artigo 106.º do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;
3. Nos casos em que seja aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto;
4. Cobrar coercivamente dívidas para com a autarquia, nos termos da alínea c) do artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das

Entidades Intermunicipais);

5. Exercer as competências previstas nas alíneas b) a j) do n.º1 do artigo 10.º do Código de Procedimento e do Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, na sua actual redação.

C – Em matéria de licenciamento de atividades:

1. Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal;

2. Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;

3. Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e n.º 51/2015, de 13 de abril e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

3.1. Decidir os pedidos de licenciamento de venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, nos termos do artigo 35.º;

3.2. Notificar o responsável, para cumprir o disposto no Capítulo XI do presente diploma, fixando o prazo máximo de vinte e quatro horas para a conclusão dos trabalhos de cobertura e resguardo, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º;

3.3. Instaurar processos de contra-ordenação, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º;

3.4. Revogar licenças concedidas nos termos do presente diploma, a qualquer momento, com fundamento na infração das regras estabelecidas para a respetiva actividade e na inaptidão dos seus titulares para o respectivo exercício, nos termos do previsto no artigo 51.º;

3.5. Exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º;

D – Em matérias diversas não compreendidas nos pontos anteriores:

1. Instruir e decidir todos os processos de contraordenação, aplicando as respetivas coimas nos termos da Lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

2. Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

3. Decidir, de harmonia com o n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira, sobre o reconhecimento das isenções e reduções previstas no artigo 13.º do referido regulamento

Determino ainda a ratificação de todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação e subdelegação de competências.

Despacho n.º 138-A/2017 P

Delegação e subdelegação de competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal na Senhora Vereadora Telma Guerreiro

Considerando:

·Que a delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·Que as inúmeras competências atribuídas ao Presidente da Câmara não possibilitam, por vezes, no tempo e com a profundidade necessária a análise de todos os assuntos;

·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar e subdelegar um conjunto de competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal e célere funcionamento dos serviços;

·Que se integram neste âmbito, um conjunto de matérias suscetíveis de delegação, designadamente as que se relacionam com a organização, funcionamento e gestão corrente dos pelouros/funções atribuídas à Senhora Vereadora;

Considerando ainda, as minhas competências próprias e as que me foram delegadas pela Câmara Municipal, na primeira reunião do mandato, realizada em 20 de outubro do corrente, delego e subdelego, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Senhora Vereadora Telma Guerreiro, a quem distribui funções nas áreas de:

- Recursos Humanos (incluindo a Saúde e Segurança no Trabalho)
- Educação (incluindo a Gestão de Equipamentos de Educação)
- Participação Cívica (incluindo o processo de OP)
- Educação Ambiental

·Juventude

·Desporto e Tempos Livres (incluindo a Gestão de Equipamentos de Desporto e Tempos Livres)

·Associativismo Desportivo

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais, do planeamento, desenvolvimento, poder consultivo, e de apoio a actividades de interesse municipal e em matéria de licenciamento e fiscalização:

1. As previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea d) Executar as opções do plano e orçamento;
- Alínea f) Aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Alínea l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

- Alínea r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- Alínea t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- Alínea v) Participar na prestação de serviços e prestar o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

- Alínea dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- Alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

- Alínea ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e

a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

- Alínea gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- Alínea ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- Alínea mm) Designar os representantes do Município nos conselhos locais;
- Alínea nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

- Alínea qq) Administrar o domínio público municipal;
- Alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

- Alínea bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado.

2.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea a) Representar o município em juízo e fora dele;
- Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade;

- Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;

- Alínea f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;

·Alínea g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 49.879,79€;

- Alínea h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas;

- Alínea l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;

- Alínea r) Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal;

- Alínea v) Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;

3. As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, na sua esfera de competências;

- Alínea c) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal;

- Alínea d) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

- Alínea e) Proceder à aquisição de bens e serviços;

- Alínea f) Outorgar contratos em representação do município;

- Alínea g) Intentar ações judiciais e defender-se nelas, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

- Alínea h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

- Alínea n) Determinar a instrução de processos de contraordenação e aplicar coimas, nos termos da lei;

- Alínea o) Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da câmara municipal e dos serviços do município, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;

4. As previstas no artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Alínea b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da contratação pública e matéria fiscal:

1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49.879,79€ (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a outorga do contrato prevista no artigo 106.º do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;

3. Nos casos em que seja aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto;

C – Em matéria de licenciamento de atividades:

1. Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal;

2. Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;

3. Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e n.º 51/2015, de 13 de abril e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

3.1.Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º;

3.2.Decidir os pedidos de licenciamento de venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agencias ou postos de venda, nos termos do artigo 35.º;

3.3.Notificar o responsável, para cumprir o disposto no Capítulo XI do presente diploma, fixando o prazo máximo de vinte e quatro horas para a conclusão dos trabalhos de cobertura e resguardo, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º;

3.4.Instaurar processos de contra-ordenação, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º;

3.5.Revogar licenças concedidas nos termos do presente diploma, a qualquer momento, com fundamento na infração das regras estabelecidas para a respetiva actividade e na inaptidão dos seus titulares para o respectivo exercício, nos termos do

>> deliberações

previsto no artigo 51.º;

3.6.Exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º;

4. Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio.

D – Em matérias diversas não compreendidas nos pontos anteriores:

1. Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

Determino ainda a ratificação de todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação e subdelegação de competências.

Despacho n.º 139-A/2017 P

Delegação e subdelegação de competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal no Senhor Vereador Pedro Ramos

Considerando:

·Que a delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·Que as inúmeras competências atribuídas ao Presidente da Câmara não possibilitam, por vezes, no tempo e com a profundidade necessária a análise de todos os assuntos;

·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar e subdelegar um conjunto de competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal e célere funcionamento dos serviços;

·Que se integram neste âmbito, um conjunto de matérias suscetíveis de delegação, designadamente as que se relacionam com a organização, funcionamento e gestão corrente dos pelouros/ funções atribuídas ao Senhor Vereador;

Considerando ainda, as minhas competências próprias e as que me foram delegadas pela Câmara Municipal, na primeira reunião do mandato, realizada em 20 de outubro do corrente ano, delego e subdeleigo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Senhor Vereador Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, as competências a seguir indicadas, a quem distribuí funções nas áreas de:

·Ordenamento e Planeamento do Território

·Gestão Urbanística, Edificação e Urbanização

·Licenciamento de Operações Urbanísticas e Atividades Económicas

·Fiscalização

·Habitação e Reabilitação Urbana

·Obras por Empreitada.

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais, do planeamento, desenvolvimento, poder consultivo, e de apoio a actividades de interesse municipal e em matéria de licenciamento e fiscalização:

1. As previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea d) Executar as opções do plano e orçamento;

·Alínea f) Aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;

·Alínea l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

·Alínea r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

·Alínea t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

·Alínea w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

·Alínea y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

·Alínea bb) Executar obras por empreitada;

·Alínea dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

·Alínea ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

·Alínea ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

·Alínea ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

·Alínea nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

·Alínea qq) Administrar o domínio público municipal;

·Alínea zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

·Alínea bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do estado.

2. As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Representar o município em juízo e fora dele;

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal;

·Alínea f) Aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;

·Alínea g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 49.879,79€;

·Alínea h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas;

·Alínea l) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos;

·Alínea r) Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal;

3. As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, na sua esfera de competências;

·Alínea c) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal;

·Alínea e) Promover a execução de obras por empreitada, bem como proceder à aquisição de bens e serviços;

·Alínea j) Conceder autorizações de utilização de edifícios;

·Alínea k) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos seguintes casos:

i) Sem licença ou na falta de qualquer outro procedimento de controlo prévio legalmente previsto ou com inobservância das condições neles constantes;

ii) Com violação dos regulamentos, das posturas municipais, de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, áreas de desenvolvimento urbano prioritário ou de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;

·Alínea l) Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;

·Alínea n) Determinar a instrução de processos de contraordenação e aplicar coimas, nos termos da lei;

·Alínea o) Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da câmara municipal e dos serviços do município, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;

4. As previstas no artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da contratação pública e matéria fiscal:

1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49.879,79€ (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a outorga do contrato prevista no artigo 106.º do CCP bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;

3. Nas situações em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, exercer todas as competências cometidas nesse diploma ao dono da obra, sem prejuízo do limite estabelecido no n.º 1 deste ponto;

4. Nos casos em que seja aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto;

C – Em matéria urbanística e conexas:

1. As previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, com as últimas atualizações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, designadamente:

1.1.Emissão de licenças administrativas, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, conjugado com os nºs 1 e 4 do artigo 5.º, previstas nas seguintes alíneas:

a) As operações de loteamento;

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;

d) As obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

e) As obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;

f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;

1.2.Certificar a verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de Registo predial, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 6.º;

1.3.Dirigir e instruir processos, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º;

1.4.Sanear e apreciar liminarmente, nos termos dos n.ºs.1, 2 e 7 do artigo 11.º;

1.5.Aprovação de informação prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º e regulada nos artigos n.ºs 14.º a 17.º;

1.6.Declarar que se mantêm os pressupostos de fato e de direito que levaram à anterior decisão de informação prévia, nos termos do n.º 4, do artigo 17.º;

1.7.Decidir sobre o projeto de arquitetura e sobre a caducidade deste, nos termos da competência prevista nos nºs 3 e 6 do artigo 20.º;

1.8.Decidir sobre o pedido de licenciamento, aprovação de licença parcial e emissão de alvará, nos termos das competências previstas nos nºs 1, 6 e 7 do artigo 23.º;

1.9.Indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos das competências previstas no artigo 24.º;

1.10.Celebrar contratos relativos ao cumprimento de obrigações assumidas, nos termos da competência prevista no n.º 3 do artigo 25.º;

1.11.Aprovação das alterações à licença, promoção da actualização dos documentos, comunicação à Conservatória do Registo Predial para efeitos de averbamento e aprovação simples de alteração à licença de loteamento, nos termos previstos nos nºs 1, 6, 7 e 8 do artigo 27.º;

1.12.Promover o aperfeiçoamento da comunicação prévia, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º;

1.13.Proceder às notificações, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 14.º e no n.º 3 do artigo 65.º;

1.14.Definir as parcelas a afectar ao domínio público ou privado do Município, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 44.º;

1.15.Celebrar acordos de cooperação ou de contratos de concessão do domínio municipal, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 46.º;

1.16.Alterações à operação de loteamento objecto de comunicação prévia, nos termos previstos no artigo 48.º-A ;

1.17.Emitir as certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;

1.18.Estabelecer as condições e prazo de execução das obras de urbanização e, respectivas prorrogações, bem como alteração às condições da licença ou comunicação prévia, nos termos das competências previstas nos nºs 1, 3, 5 e 7 do artigo 53.º;

1.19Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir

a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 54.º, bem como proceder à sua correcção nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

1.20.Celebrar contratos de urbanização, nos termos da competência prevista no artigo 55.º;

1.21.Decisão sobre o pedido de execução por fases, nos termos previstos no artigo 56.º;

1.22.Fixar as condições e prazo de execução de obras, nos termos dos artigos 57.º e 58.º;

1.23.Fixar prazo, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, para a execução faseada de obra, e promover aditamentos ao alvará por cada uma das fases, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 59.º;

1.24.Emitir autorizações de utilização ou determinar a realização de vistorias, nos termos do artigo 64.º;

1.25.Designar a comissão de realização de vistoria para licença de utilização e notificação, nos termos previstos nos n.ºs, 2 e 3 do artigo 65.º;

1.26.Proceder à certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal, prevista no n.º 3 do artigo 66.º;

1.27.Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;

1.28.Decisão sobre processos cuja renovação haja sido requerida, nos termos previstos no artigo 72.º;

1.29.Revogar a licença ou a autorização de utilização, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 73.º;

1.30.Emitir o alvará de licença ou autorização, nos termos do previsto no artigo 75.º;

1.31.Prorrogar o prazo para requerer a emissão de alvará, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º;

1.32.Averbar o novo titular de alvará de licença ou autorização, nos termos do n.º 7 do artigo 77.º;

1.33.Publicitar a emissão alvará de licença ou de autorização administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º;

1.34.Proceder à cassação de alvarás ou do título da comunicação prévia, na sequência de notificação ao titular e notificação à conservatória, e apreensão de alvarás cassados, nos termos do artigo 79.º;

1.35.Permitir a execução de trabalhos de demolição ou de escavação e contenção periférica, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º;

1.36.Promover a execução de obras, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 84.º;

1.37.Acionar as cauções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 84.º;

1.38.Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 84.º;

1.39.Emitir, oficiosamente, alvará, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 84.º e n.º 9 do artigo 85.º;

1.40.Fixar prazo para a prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infra-estruturas públicas, nos termos previstos no artigo 86.º;

1.41.Proceder à receção provisória e definitiva das obras de urbanização, incluindo a homologação do respectivo auto de vistoria, nos termos previstos no artigo 87.º;

1.42.Conceder licença especial e reconhecimento do interesse de conclusão de obra, para emissão daquela licença, nos termos previstos no artigo 88.º;

1.43.Determinar a execução de obras de conservação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 89.º e artigo 90.º;

1.44 Ordenar a demolição total ou parcial de construções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 89.º e artigo 90.º;

1.45.Nomear técnicos para efeitos de vistoria, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 90.º;

1.46.Tomar posse administrativa de imóveis para efeitos de obras coercivas, nos termos previstos no artigo 91.º;

1.47.Contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 94.º;

1.48.Obtenção de prévio mandato judicial para entrar no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento para a realização de inspeções e fiscalização, nos termos do artigo 95.º;

1.49 Ordenar a realização de vistorias a imóveis, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º;

1.50.Determinar a instauração dos processos de contraordenação, designar o instrutor e aplicar coimas, nos termos do n.º 10, do artigo 98.º;

1.51.Embargar obras de urbanização, de edificação ou de demolição, bem como quaisquer trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos do n.º 1 do artigo 102.º;

1.52.Promover a realização de trabalhos de correcção ou alteração em obras de urbanização ou outras obras consideradas indispensáveis em certas condições, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 105.º;

1.53 Ordenar a demolição total ou parcial da obra ou reposição de terreno, fixando um prazo, nos termos do n.º 1, do artigo 106.º;

1.54.Determinar a posse administrativa do imóvel, nos termos do n.º 1 do artigo 107.º;

1.55.Aceitar a extinção de dívida dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei, conforme prevê o n.º 2 do artigo 108.º;

1.56.Determinar a cessação da utilização sem respetiva licença ou quando esteja a ser afeto a fim diverso no previsto no alvará, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º;

1.57.Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110.º;

1.58.Decidir sobre o pagamento fraccionado de taxas, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 117.º, conjugado com os n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º, a promoção do direito de reaver as contrapartidas indevidamente prestadas pelo titular de licença ou autorização para a realização de operação urbanística, nos termos do n.º 4 do artigo 117.º e disponibilização aos interessados dos regulamentos e demais elementos necessários à efectivação de autoliquidações;

1.59.Nomear nos termos do n.º 2 do artigo 118.º, o representante da Câmara Municipal na comissão arbitral, para a resolução de conflitos emergentes da aplicação dos regulamentos municipais a que se refere o artigo 3.º;

1.60.Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no artigo 120.º;

1.61.Envia mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126.º.

2. As previstas no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua actual redacção republicada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho, designadamente:

2.1.Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º;

2.2.Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com excepção dos hotéis rurais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º;

2.3.Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo, nos termos da alínea c)

>> deliberações

do n.º 2 do artigo 22.º;

2.4.Contratalizar com Turismo de Portugal, I.P. o acompanhamento do procedimento de instalação dos empreendimentos turísticos, nos termos do n.º 5 do artigo 23.º;

2.5.Cassar e apreender o alvará de utilização para fins turísticos, nos termos do artigo 33.º;

2.6.Realizar a auditoria de classificação prevista no artigo 36.º;

2.7.Dispensar requisitos no âmbito do respectivo procedimento administrativo, nos termos do artigo 39.º;

2.8.Exercer a competência sancionatória prevista no artigo 70.º.

3.As competências cometidas à Câmara Municipal pelo regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, vulgo «Licenciamento Zero», alterado Pelos Decretos-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho e n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

4.As competências cometidas à Câmara Municipal pelo regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto.

5.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

6.Exercer a actividade fiscalizadora atribuída por Lei aos municípios em matéria de segurança contra risco de incêndio, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro.

7.Relativamente ao licenciamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos, exercer as seguintes competências cometidas à Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, 268/2009, de 29 de setembro, 48/2011, de 1 de abril e 204/2012, de 29 de agosto:

7.1.Designar os técnicos para a realização da vistoria, bem como convocar as entidades externas à Câmara, nos termos do artigo 11.º;

7.2.Averbar elementos ao alvará de licença de utilização, nos termos do n.º 2, do artigo 13.º;

7.3.Determinar o embargo em caso de desrespeito das condições técnicas de segurança, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro;

7.4.Determinar a instrução de processos de contra ordenação e a aplicação de sanções, nos termos do artigo 23.º.

8.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto, na sua actual redação republicada pela Lei n.º 43/2017, de 14 de junho (regime jurídico das obras em prédios arrendados), bem como pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto (que aprova a definição do conceito fiscal prédios devolutos).

9. Exercer as competências cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

10.Decidir pela execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral da Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, na sua atual redação.

11.Decidir em matéria de Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, com base nos artigos 1.º, 3.º, 9.º, 19.º a 26.º, 28.º, 29.º, 31.º, 35.º e 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 165/99, de 14 de setembro, 64/2003, de 23 de agosto, 10/2008, de 20 de fevereiro, 79/2013, de 26 de novembro e 70/2015, de 16 de julho, sendo republicado por esta última.

D – Em matéria de licenciamento de atividades:

1.Decidir sobre o licenciamento de estabelecimento de pedreiras, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro;

2.Decidir sobre o licenciamento das áreas de serviço instaladas na rede viária municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro;

3. Decidir sobre o licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo e das instalações de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e local, bem como sobre a emissão das respetivas licenças de exploração, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro;

4.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho;

5.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril;

6.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho;

7.Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal;

8.Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;

9.Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e n.º 51/2015, de 13 de abril e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

9.1.Decidir os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática de campismo e caravanismo, nos termos do artigo 18.º;

9.2.Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º;

9.3.Decidir os pedidos de licenciamento de venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, nos termos do artigo 35.º;

9.4.Notificar o responsável, para cumprir o disposto no Capítulo XI do presente diploma, fixando o prazo máximo de vinte e quatro

horas para a conclusão dos trabalhos de cobertura e resguardo, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º;

9.5.Instaurar processos de contra-ordenação, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º;

9.6.Revogar licenças concedidas nos termos do presente diploma, a qualquer momento, com fundamento na infracção das regras estabelecidas para a respectiva actividade e na inaptidão dos seus titulares para o respectivo exercício, nos termos do previsto no artigo 51.º;

9.7.Exercer competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º;

10.Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio.

E – Em matérias diversas não compreendidas nos pontos anteriores:

1.Decidir no âmbito dos processos de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro, parcialmente revogado pela Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.

2.Em matéria de acessibilidades, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro, designadamente a definição do regime de excepção a que diz respeito o artigo 10.º.

3.Instruir e decidir todos os processos de contraordenação, aplicando as respetivas coimas nos termos da Lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

4.Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por Lei à Câmara Municipal.

Determino ainda a ratificação de todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação e subdelegação de competências.

DESPACHO N.º 144-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR DESPESAS
Considerando que:

·A delegação de competências visa, sobretudo, reduzir a carga burocrática de algumas decisões com claro benefício para os serviços municipais;

·É necessário promover a eficácia e eficiência da gestão do Município de Odemira;

·As competências para autorizar despesas no âmbito das autarquias locais, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de julho, são delegáveis nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do mesmo diploma, disposição legal mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Delego, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro, na sua atual redação, conjugado com a alínea g), do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e bem assim nos termos do preceituado no n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de julho, nos Vereadores Ricardo Cardoso, Deolinda Seno Luís, Telma Guerreiro e Pedro Ramos a competência para autorizar despesas, com a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, até ao valor de 49.879,79 € (Quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos).

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, ficando desde já ratificados todos os atos que se incluam no âmbito da presente delegação.

DESPACHO N.º 256-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CHEFE DE DIVISÃO DE AMBIENTE
Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada

·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica;

Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego na Chefe de Divisão de Ambiente, Eng.ª Lênea Guerreiro da Silva, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

· Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1. As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

Delego ainda na Chefe de Divisão de Ambiente a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 257-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada

·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica;

Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego no Chefe da Divisão de Infra-Estruturas e Logística, Eng.º, Luis Filipe Lopes Lourido, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

· Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

D – Em matérias de contratação pública:

Em matéria de contratação pública delego, e subdelego ainda no mesmo Chefe de Divisão a pratica dos seguintes atos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que entrará em vigor dia 1 de janeiro de 2018):

·Representar o dono da obra no ato de consignação e assinar o respectivo auto de consignação, nos termos dos artigos 355.º a 359.º;

·Representar o dono da obra no ato de receção provisória ou definitiva e assinar o respectivo auto de vistoria, nos termos dos artigos 394.º a 398.º.

Delego ainda no Chefe da Divisão de Infra-Estruturas e Logística a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

Despacho n.º 258-A/2017 P
Delegação de Competências na Chefe de Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural
Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada

·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica;

Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego na Chefe de Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural, Dr.ª Natália José da Piedade Costa Correia, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

2.As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea d) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

· Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

Delego ainda na Chefe de Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 259-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E JURÍDICA

Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada
·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica; Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego na Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Jurídica, Dr.ª, Maria Paula Pereira Silva, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Representar o município em juízo e fora dele;
·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;
·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

·Alínea k) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devem ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º.

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

·Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

·Alínea i) Praticar os atos relativos à aposentação dos trabalhadores;

·Alínea j) Praticar os atos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os relativos a acidentes em serviço e acidentes de trabalho.

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea l) Determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

Delego ainda na Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Jurídica a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 260-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DEDIVISÃO DE GESTÃO INTERNA

Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada
·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica; Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego no Chefe de Divisão de Gestão Interna, Dr. Rui Pedro da Luz Guerreiro da Silva, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;
·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

·Alínea g) Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);

·Alínea h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);

2.As previstas no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea h) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

·Alínea i) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, bem como à registos de qualquer outra natureza;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

·Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Autorizar a realização e o pagamento de despesas em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor;

·Alínea b) Autorizar a realização de despesa até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

Delego ainda no Chefe de Divisão de Gestão Interna a competência

para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 261-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada
·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica; Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego no Chefe da Divisão de Obras Municipais, Arqt.º José Luís Alves Gomes Fernandes, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

·Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

D – Em matérias de contratação pública:

Em matéria de contratação pública delego, e subdelego ainda no mesmo Chefe de Divisão a prática dos seguintes atos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que entrará em vigor dia 1 de janeiro de 2018):

·Representar o dono da obra no ato de consignação e assinar o respetivo auto de consignação, nos termos dos artigos 355.º a 359.º;

·Representar o dono da obra no ato de receção provisória ou definitiva e assinar o respetivo auto de vistoria, nos termos dos artigos 394.º a 398.º.

Delego ainda no Chefe da Divisão de Obras Municipais a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 261-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Considerando que:

·A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada
·A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica; Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego no Chefe da Divisão de Obras Municipais, Arqt.º José Luís Alves Gomes Fernandes, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

·Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1. As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

D – Em matérias de contratação pública:

Em matéria de contratação pública delego, e subdelego ainda no mesmo Chefe de Divisão a prática dos seguintes atos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua actual redação republicada

pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que entrará em vigor dia 1 de janeiro de 2018):

·Representar o dono da obra no ato de consignação e assinar o respetivo auto de consignação, nos termos dos artigos 355.º a 359.º;

·Representar o dono da obra no ato de receção provisória ou definitiva e assinar o respetivo auto de vistoria, nos termos dos artigos 394.º a 398.º.

Delego ainda no Chefe da Divisão de Obras Municipais a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º 262-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CHEFE DE DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Considerando que:

·A delegação de competências tem como grande objetivo a simplificação dos procedimentos de forma a permitir uma maior eficácia e eficiência na gestão municipal;

·A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada;

·A legislação em vigor permite ao Presidente da Câmara delegar ou subdelegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica.

Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delego na Chefe de Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial, Arq.ª Sónia Isabel Nobre Correia, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1.As previstas no n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea b) Executar as deliberações da câmara municipal;

·Alínea c) Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1.As previstas no n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

·Alínea b) Justificar faltas;

·Alínea f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em matérias não previstas nos pontos anteriores:

1.As previstas no n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

·Alínea d) Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade;

·Alínea e) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;

·Alínea g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;

·Alínea h) Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmem esse direito;

·Alínea i) Conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras;

·Alínea j) Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;

·Alínea m) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

D – Em matérias urbanísticas:

Em matéria urbanística delego, e subdelego ainda na mesma Chefe de Divisão a prática dos seguintes atos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (R.J.U.E.), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, com as últimas atualizações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, bem como os atos correspondentes previstos nas anteriores redações do referido Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro:

·Dirigir e instruir processos, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º;

·Sanear e apreciar liminarmente, nos termos dos n.ºs.1, 2 e 7 do artigo 11.º;

E – Em matérias de mero expediente:

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua atual redação, delego ainda na Chefe de Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

DESPACHO N.º263-A/2017 P
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO COORDENADOR TÉCNICO DOS SETORES DE LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Considerando:

·Que a delegação de competências tem como grande objetivo a simplificação dos procedimentos de forma a permitir uma maior eficácia e eficiência da gestão municipal;

·O meu despacho n.º 5-A/2017 P, de 18 de outubro de 2017, respeitante à nomeação do trabalhador António Manuel da Silva, como Coordenador Técnico dos Setores de Licenciamento de Operações Urbanísticas e Atividades Económicas, no âmbito da Divisão de Operações Urbanísticas e Licenciamento de Atividades;

Considerando ainda o disposto no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delego no Coordenador Técnico António Manuel da Silva, a competência para assinar a correspondência da Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial, ou o expediente necessário à mera instrução dos processos.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados, e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

Publicite-se nos termos da lei.



FELIZ NATAL
PRÓSPERO 2018

Odemira
MUNICÍPIO

